

Fundação Oswaldo Cruz

**SAÚDE NA RIO+20:
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL, AMBIENTE
E SAÚDE**

Documento para discussão

Rio de Janeiro, abril de 2012

Documento preparado pelo GT FIOCRUZ sobre Saúde na Rio+20 (Paulo Buss, Jorge Machado, Edmundo Gallo, Daniel Buss, Danielly Magalhães, Francisco Netto e Andréia Setti).

O presente documento se apoiou na vasta produção de profissionais de saúde e pesquisadores da área da saúde coletiva brasileira que, em razão das características do documento, não são apresentadas como referências bibliográficas, destacando-se particularmente os trabalhos do Departamento de Saúde Ambiental da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, do GT de Saúde e Ambiente da ABRASCO (Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva), de documentos de agências das Nações Unidas e de alguns outros textos. No entanto, as interpretações são de exclusiva responsabilidade do GT sobre Saúde na Rio+20, apenas a ele atribuindo-se eventuais equívocos conceituais ou metodológicos.

1 **SAÚDE NA RIO+20:**
2 **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMBIENTE E SAÚDE¹**
3
4

5 **Introdução**
6

7 O Brasil sediará, de 20 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, a
8 **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**
9 **(CNUDS)**, a **Rio+20**, vinte anos depois da histórica Conferência do Rio sobre
10 Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.

11 Segundo o 'Documento de Contribuição Brasileira à Conferência
12 Rio+20'² "existe ampla expectativa, nacional e internacional, de que a Rio+20
13 constitua oportunidade única nesta geração de mobilização dos recursos
14 políticos necessários para desenhar uma saída duradoura para a crise
15 internacional, levando em conta a complexidade de seus aspectos econômicos,
16 sociais e ambientais".
17

18 Ainda segundo o mesmo documento, de forma a corresponder a essa
19 expectativa, deverá ser cumprido o mandato da Conferência, definido na
20 Resolução 64/236 da Assembléia Geral das Nações Unidas, de 24 de
21 dezembro de 2009, que inclui o tratamento dos desafios novos e emergentes
22 do desenvolvimento sustentável e os temas 'economia verde no contexto do
23 desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza' e 'estrutura
24 institucional do desenvolvimento sustentável'.
25

26 Para o Brasil, entre os principais resultados a serem alcançados deverão
27 estar incluídos:
28

- 29 1. A incorporação definitiva da erradicação da pobreza como elemento
30 indispensável à concretização do desenvolvimento sustentável,
31 acentuando sua dimensão humana.
32
- 33 2. A plena consideração do conceito de desenvolvimento sustentável na
34 tomada de decisão dos atores dos pilares econômico, social e
35 ambiental, de forma a alcançar maior sinergia, coordenação e integração
36 entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável, com vistas a
37 superar a prevalência de visões ainda setoriais, vinte anos após a
38 definição do desenvolvimento sustentável como prioridade mundial.
39

¹ Documento preparado pelo GT FIOCRUZ sobre Saúde na Rio+20 (Paulo Buss, Jorge Machado, Edmundo Gallo, Daniel Buss, Danielly Magalhães, Francisco Netto e Andréia Setti).

² Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Documento de Contribuição Brasileira à Conferência Rio+20*. Brasília, 1/11/2011, 37 pp. O documento foi elaborado a partir dos trabalhos da Comissão Nacional para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, com base em extensas consultas à sociedade e a órgãos do Governo.

- 40 3. O fortalecimento do multilateralismo, com a clara mensagem de
41 adequação das estruturas das Nações Unidas e das demais instituições
42 internacionais ao desafio do desenvolvimento sustentável.
43
- 44 4. O reconhecimento do reordenamento internacional em curso e da
45 mudança de patamar dos países, com seus reflexos na estrutura de
46 governança global.

47 No campo da saúde, a realização da Rio+20, precedida pela
48 Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, assim como a 1ª
49 Conferência Nacional de Saúde Ambiental e a 14ª Conferência Nacional da
50 Saúde, para citar alguns eventos marcantes, vem colocando em destaque as
51 relações entre desenvolvimento sustentável e saúde na perspectiva da
52 promoção da equidade.

53 Como diz o mesmo documento oficial, “a Rio+20 é uma Conferência
54 sobre desenvolvimento sustentável e não apenas sobre meio ambiente”.
55 Portanto, o tema da saúde deve necessariamente estar presente nas
56 discussões, por ser um dos principais componentes do pilar social e estar
57 profundamente relacionado com os pilares econômico e ambiental do
58 desenvolvimento sustentável nas sociedades contemporâneas.

59 O presente documento visa contribuir para o debate sobre ‘Saúde na
60 Rio+20’, ouvindo diversos setores governamentais e da sociedade civil.
61 Procurando guardar coerência com os temas centrais da Rio+20, o documento
62 privilegia o diálogo da saúde com o desenvolvimento sustentável e as questões
63 ambientais, sob os prismas da economia verde e da estrutura institucional e da
64 governança no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da
65 pobreza.

66 O documento pretende ser informativo, analítico e propositivo, embora
67 não exaustivo pela amplitude dos temas em questão, servindo de base e sendo
68 aperfeiçoado num processo de contribuição coletiva, consultando atores-chave
69 governamentais e da sociedade civil para obter, ao final, um documento de
70 posição setorial da saúde para a Rio+20 que será divulgado durante a
71 Conferência, podendo ainda ser utilizado pelos negociadores brasileiros em
72 torno dos arranjos que estiverem em discussão na Conferência.

73 O documento está dividido em quatro secções:

74 I) Saúde e ambiente no desenvolvimento sustentável, que aborda aspectos
75 conceituais gerais, discutindo as relações entre desenvolvimento sustentável,
76 ambiente e saúde.

77 II) Saúde, desenvolvimento sustentável e economia verde.

78 III) Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável.

79 IV) Desafios da agenda da Sustentabilidade e Saúde

80 Nos itens II e III, o documento procura alinhar algumas propostas para a
81 Conferência e para o processo que se seguirá à mesma, nos planos global e
82 nacional do Brasil. Com frequência o documento procura dialogar com a versão
83 zero do documento “O futuro que queremos”³, das Nações Unidas, que pautará
84 os debates por ocasião da Conferência Rio+20, e que concentra sua
85 abordagem também nas mesmas dimensões deste documento brasileiro da
86 área da saúde.

87

88 **I - Saúde e Ambiente no Desenvolvimento Sustentável**

89

90 A saúde é histórica e socialmente construída, o que caracteriza sua
91 determinação social. O objeto da saúde é a vida. A vida está ameaçada pelo
92 atual modo de produção e consumo. A sustentabilidade é a ponte dialógica
93 entre a saúde, o ambiente e a economia, representada pela possibilidade do
94 desenvolvimento sustentável.

95

96 Um primeiro diálogo é o significado de desenvolvimento sustentável, um
97 conceito que permite integrar a saúde ao processo de desenvolvimento,
98 dimensionado e harmonizado pelo princípio da sustentabilidade
99 socioambiental, em uma perspectiva de redução das iniquidades sociais,
100 econômicas e ambientais.

101

102 O desenvolvimento não pode seguir perpetuando a pobreza e as
103 iniquidades, nem deteriorando permanentemente os recursos naturais e os
104 ecossistemas. Existem irrefutáveis evidências apontando que a proteção dos
105 ecossistemas e de seus serviços redundam na qualidade das condições de
106 saúde, de integridade física, de seguridade alimentar e de outros aspectos
107 básicos para a seguridade humana e para o bem-estar das pessoas e das
108 comunidades.

109

110 O conceito de sustentabilidade entrou em cena principalmente a partir
111 do Relatório Meadows⁴, conhecido como Relatório do Clube de Roma⁵, que
112 identificou como principais ameaças à sobrevivência do planeta a
113 industrialização acelerada, o rápido crescimento demográfico, a escassez de
114 alimentos, o esgotamento de recursos não renováveis e a deterioração do meio
115 ambiente.

116

117 As críticas ao relatório apontam para uma visão ecocêntrica e
118 neomalthusiana, onde a pressão do crescimento populacional sobre o meio
119 ambiente seria o vetor da insustentabilidade da vida.

120

³ United Nations. *The future we want* (English version); e Nações Unidas. *O futuro que queremos* (Versão em português), de 10/01/2012. Disponível em: <http://www.rio20.info/2012/wp-content/uploads/2012/01/esboço-zero.pdf> (versão em português) e <http://www.uncsd2012.org/rio20/futurewewant.html> (versão em inglês)

⁴ Club of Rome. *The limits to growth*. Disponível em: <http://www.clubofrome.at>

⁵ Clube de Roma, formado em 1968, é composto por cientistas, industriais e políticos e tem como objetivo discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais.

121 Ainda que criticado, o relatório é pioneiro em identificar desafios
122 importantes neste campo, influenciando de maneira decisiva o debate na
123 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo,
124 1972), que reuniu a comunidade internacional para discutir o meio ambiente
125 global e as necessidades de desenvolvimento e que produziu um documento
126 que sinalizava a necessidade de se criar um processo de gestão planetária dos
127 problemas ambientais que culminou, logo após, na criação do Programa das
128 Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

129
130 Era preciso redefinir o próprio conceito de desenvolvimento, tantas e tão
131 complexas eram as questões envolvidas. A Comissão Mundial para o Meio
132 Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1987, produz então o relatório *Our*
133 *Common Future* (Nosso Futuro Comum), mais conhecido como Relatório
134 Brundtland, nele formulando o conceito ‘clássico’ de desenvolvimento
135 sustentável: “Desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem
136 comprometer a possibilidade das futuras gerações de atender às suas
137 próprias”, concebido como processo de transformação no qual a exploração
138 dos recursos naturais, a direção dos investimentos, a orientação do
139 desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional devem se harmonizar e
140 reforçar o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e
141 aspirações humanas.

142
143 Entretanto, a materialização do conceito se dá no espaço do cotidiano,
144 onde a saúde se realiza como expressão vital. Nele o binômio saúde-doença
145 se constitui como um processo coletivo, no qual é necessário significar o
146 sentido do território como espaço organizado para análise e intervenção sobre
147 as condições de saúde e seus determinantes culturais, sociais e ambientais,
148 dentro de ecossistemas modificados pelo trabalho e pela intervenção humana.

149
150 Devido aos evidentes sinais de deterioração das condições ambientais
151 em escala planetária, bem como os impactos decorrentes dessa situação sobre
152 a saúde humana, a relação entre saúde e sustentabilidade e sua realização no
153 território ganham destaque.

154 **Sustentabilidade, território e saúde**

155
156 O território enquanto lugar singular e histórico se constitui ao mesmo
157 tempo em objeto e condicionante das ações de prevenção e de vigilância em
158 saúde. Em termos conceituais o entendimento desse território enquanto um
159 espaço sociotécnico de produção de condicionantes à saúde nos leva a
160 compreender que o “conteúdo geográfico do cotidiano”⁶ pode contribuir para
161 desvendar a complexidade da (re)produção do sistema através de sua
162 incontestável obviedade e concretude do dia-a-dia.

163
164 A análise da ‘dimensão espacial do cotidiano’ permite, sobretudo,
165 concretizar as ações e as práticas sociais, conduzindo ao entendimento
166 diferenciado das ações e as formas geográficas que podem formar, ou não,
167 vulnerabilidades geoepidemiológicas, localizadas em situações do cotidiano e
168

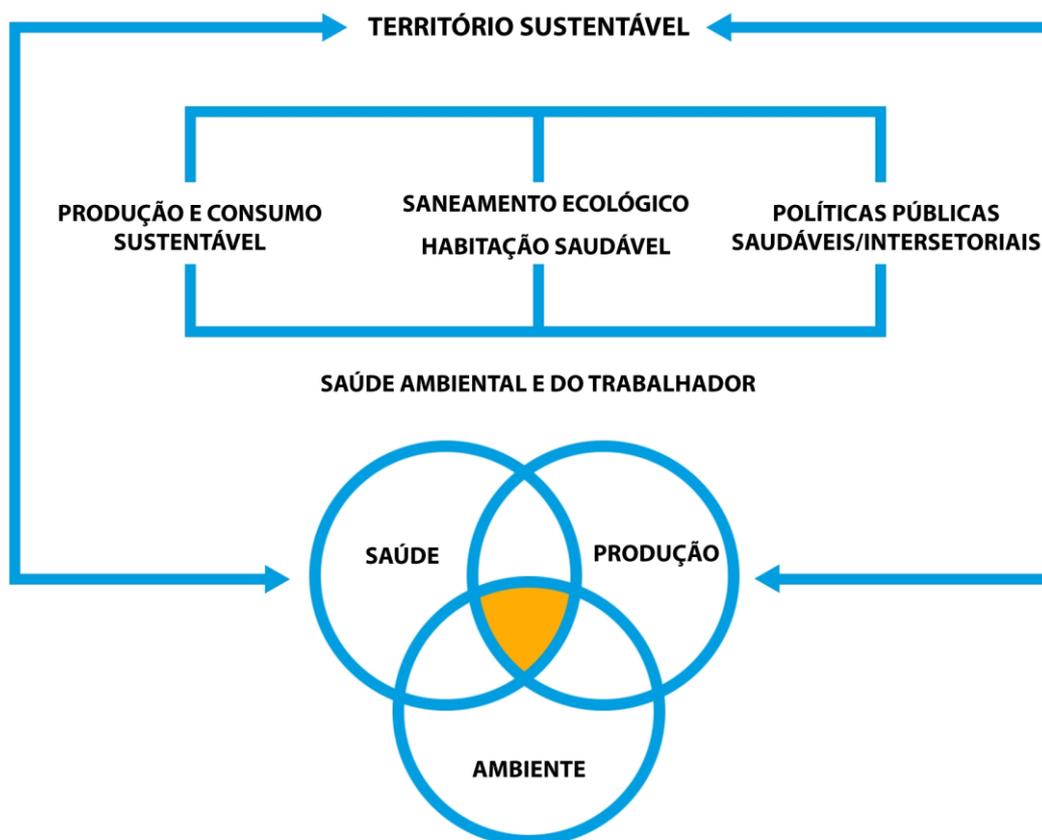
⁶ Conceitos de “conteúdo geográfico do cotidiano” e dimensão espacial do cotidiano desenvolvidos na obra do geógrafo Milton Santos (1926-2001).

169 assim, em espaços definidos.

170

171 O território tem vida, expressa pelas histórias de pessoas e lugares, pela
172 cultura, pelos movimentos políticos e pelo ecossistema. É no território que a
173 complexa rede de interações se estabelece, e os eventos de saúde e seus
174 cuidados representam uma das dinâmicas ligadas a ela.

Figura 1. Produção e consumo em territórios sustentáveis



175

176 A identificação de problemas de saúde no território, além de evidenciar
177 os agravos prevalentes, deve abordar a compreensão da vulnerabilidade e dos
178 determinantes sociais e ambientais da saúde. A identificação ou
179 reconhecimento do território se configura como passo inicial contemplando as
180 relações entre as condições ambientais, de saúde, sociais, de oferta de
181 serviços, dentre outros.

182

183 Desenvolver ferramentas para o monitoramento e análise da situação de saúde
184 no território, alvo dos projetos para o desenvolvimento, possibilita a reflexão
185 sobre os próprios modelos de desenvolvimento que resultam em melhorias da
186 situação de saúde das populações de tais territórios.

187 **Saúde e desenvolvimento econômico, social e ambiental**

188
189 A economia global se caracteriza, entre outras dimensões, por intensa
190 mobilidade de capital, grandes empreendimentos multinacionais, utilização de
191 fontes primárias como insumos energéticos de forte impacto ambiental no
192 território, e baixos investimentos em ações de compensação, mitigação ou
193 recuperação dos impactos de tais atividades sobre o ambiente e a saúde.

194
195 A necessidade da compreensão dos problemas no território para a
196 proposição e sistematização de metodologias e instrumentos para seu
197 enfrentamento, levou a um conjunto de propostas que fazem a caracterização
198 do contexto sócio-histórico para a compreensão do território, incluindo a
199 caracterização e avaliação ambiental; o diálogo permanente com as
200 populações e seus representantes; e a avaliação dos mecanismos
201 institucionais de monitoramento da vulnerabilidade institucional.

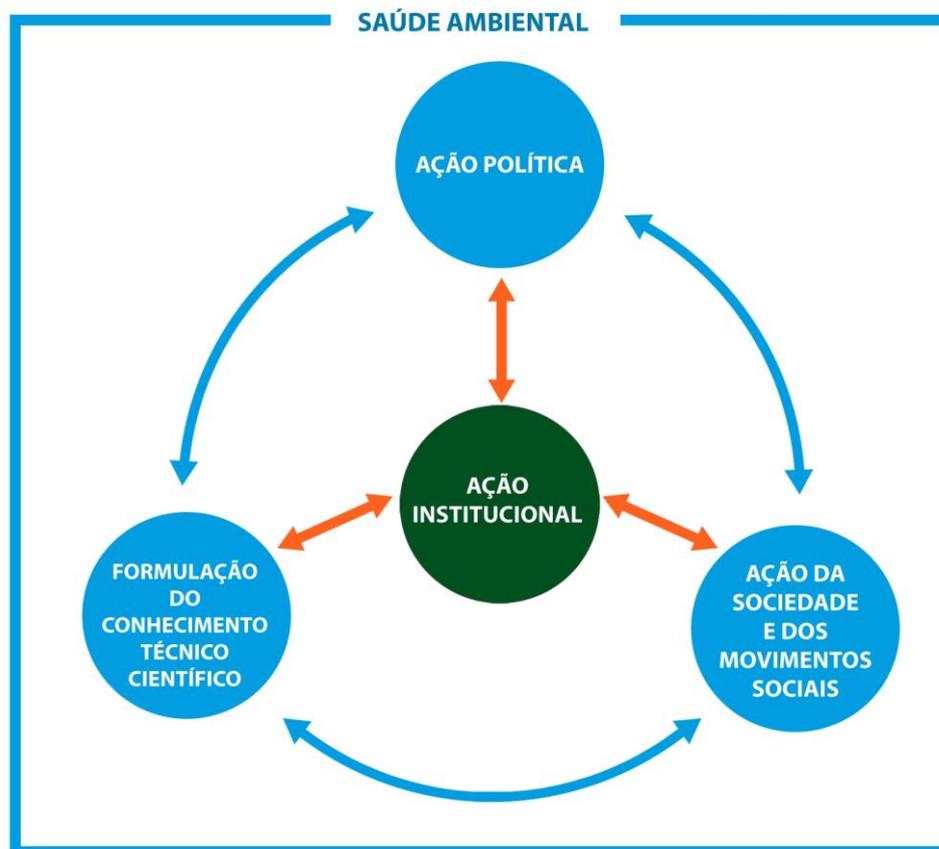
202
203 Propostas coerentes para o desenvolvimento econômico, social e
204 ambiental e com redução de impactos negativos sobre a saúde devem buscar
205 superar os atuais reducionismos e estabelecer possibilidades de avanços
206 conceituais e metodológicos *vis a vis* os processos saúde-doença.

207
208 Em termos políticos e institucionais significa avançar nas práticas
209 intersetoriais e na relação com a sociedade. Critérios de preservação da saúde
210 ambiental devem estar cada vez mais presentes no conjunto dos processos
211 decisórios e nas políticas públicas que afetam a saúde das comunidades. A
212 operacionalização de modelos com estas características para a
213 institucionalização da ação em saúde ambiental é um desafio a ser assumido
214 em todas as esferas de governo.

215
216 O centro do debate não deve ser apenas sobre a produção de
217 conhecimento por si. As dimensões da política, da governança e do controle
218 social devem estar articuladas também ao processo operacional, conforme a
219 figura 2.

220

Figura 2. Ciclo de governança em saúde ambiental na perspectiva da sustentabilidade



221

222

223

224

Entretanto, o âmbito político está marcado pela sua permeabilidade às corporações e interesses imediatos de uma visão econômica de perpetuação e reprodução do poder, seja por acordos setoriais, corporativos, econômicos locais, ou simplesmente clientelísticos.

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

O cenário atual é de uma governança voltada ao desenvolvimento de forças produtivas com forte acúmulo de poder político dos empreendedores e promotores da política econômica e uma política ambiental de insustentabilidade associada a uma política social redistributiva de cunho assistencial no campo da saúde e da assistência social. Nesse contexto, há uma pressão de desregulação ambiental e social diretamente associada a vetores de forte impacto negativo no ambiente e conseqüentemente na saúde, tais como o agronegócio baseado na monocultura em grandes espaços de terra, os grandes empreendimentos para geração de energia e polos empresariais, embora maquiados pela “economia verde”.

238

239

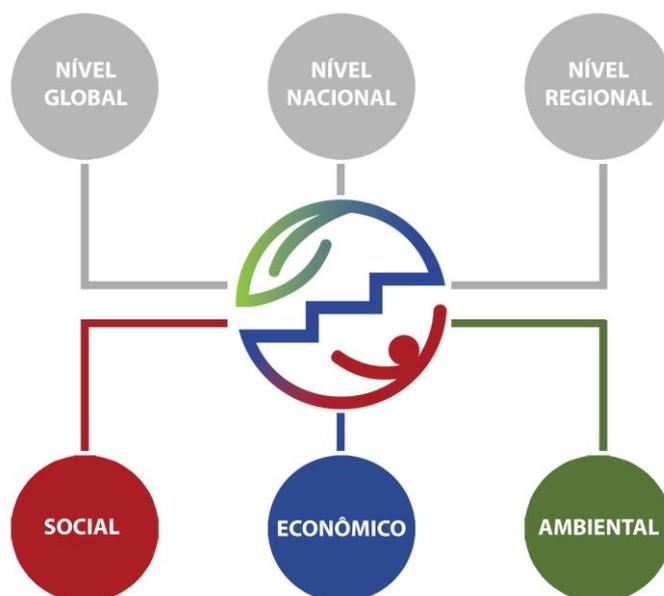
240

241

242

A Rio+20 enfrentará estes temas, definindo as agendas que deverão pautar as próximas décadas. É o momento da saúde reafirmar a sua articulação com a sustentabilidade, como parte do pilar social do desenvolvimento sustentável, conforme definido na Cúpula de Johannesburgo, a Rio+10 (vide diagrama abaixo).

Figura 3. Os pilares do desenvolvimento sustentável



243

244 A versão zero da Declaração da Rio+20 assume o compromisso com o
245 prosseguimento da implementação da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente
246 e Desenvolvimento, Agenda 21, o Programa de Implementação Contínua da
247 Agenda 21, a Declaração de Johannesburgo sobre o Desenvolvimento
248 Sustentável e o Plano de Implementação da Cúpula Global sobre o
249 Desenvolvimento Sustentável, o Programa de Ação de Barbados e a Estratégia
250 Maurícia para Implementação, assim como os princípios da Eco-92, que
251 deverão continuar guiando a comunidade internacional e servir como base para
252 a cooperação, coerência e implementação dos compromissos assumidos por
253 ocasião do evento de 2012.

254 Isto parece indicar uma sólida compreensão de que a Rio+20 é parte de
255 um processo político internacional que vem se desenvolvendo nos últimos 40-
256 50 anos e que terá continuidade após sua realização, com um próximo e
257 importante momento em 2015, quando serão revisados os resultados da
258 Cúpula do Milênio de 2000, os resultados relacionados com os Objetivos de
259 Desenvolvimento do Milênio e estabelecidos novos acordos que guiarão as
260 Nações Unidas, os governos nacionais e a sociedade civil nos caminhos
261 futuros do desenvolvimento sustentável, integrado pelos pilares econômico,
262 social e ambiental.
263

264

II – Saúde, Desenvolvimento Sustentável e Economia Verde

265 Nos vinte anos que se passaram desde a Eco 92, foi fundamental a
266 institucionalização e o grau de consenso alcançado pelo desenvolvimento
267 sustentável enquanto novo paradigma e princípio estruturante para o
268 desenvolvimento, abrindo possibilidades para o desenvolvimento de tecnologias,
269 elaboração de indicadores e para envolvimento governamental, social e
270 comunitário, o que aconteceu, porém não na amplitude necessária.

271 Critica-se a baixa implementação de medidas concretas, capazes de
272 enfrentar os principais desafios, relacionadas à efetividade de políticas, pesquisas
273 e outras estratégias que articulem os três pilares do desenvolvimento sustentável:
274 desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental.

275 A Rio+20 tem como agendas centrais a ‘economia verde’ e a ‘governança
276 para o desenvolvimento sustentável’. Ainda que aparentemente sejam agendas
277 consensuais, a definição ainda superficial de seus conceitos e as estratégias deles
278 decorrentes para a sua implementação, permitem enquadrar quase tudo como
279 economia verde, gerando profundas controvérsias sobre o seu papel na
280 construção de um novo modelo de produção e consumo que permita atender as
281 necessidades do planeta, promovendo a equidade e a sustentabilidade
282 socioambiental.

283 Estratégias de atores e redes que assumem perspectivas contra-
284 hegemônicas, afirmam a necessidade de que sejam estabelecidos diálogos e
285 convergências entre temas como agroecologia, saúde e justiça sócio-ambiental,
286 economia solidária, segurança e soberania alimentar e questões de gênero, além
287 de preservação da multiculturalidade, com ênfase no direito de existir das
288 populações tradicionais. Essas estratégias assumem o território como elemento
289 central da práxis, e criticam o uso predatório dos recursos naturais e a utilização
290 do conhecimento científico hegemônico pelo capital como solução.
291 Alternativamente, propõe o diálogo e intercomunicabilidade entre distintos
292 saberes, com base na participação social como pedagogia de produção de
293 hierarquias de prioridades, que resultem em ações emancipatórias.

294 O setor saúde tem procurado intervir mais decisivamente nessas Agendas,
295 tanto conceitualmente quanto politicamente. Conceitualmente, desenvolvendo a
296 teoria da determinação social da saúde e seus desdobramentos; politicamente,
297 intervindo nos fóruns internacionais, como na Conferência Mundial sobre os
298 Determinantes Sociais da Saúde ou por meio do documento de posição oficial do
299 Governo do Brasil, que, entre outras coisas, assume a defesa da seguridade
300 social com modo de relação Estado-Sociedade Civil, a participação social como
301 pressuposto, a promoção da equidade e da inclusão social como dimensões
302 essenciais da economia verde.

303 Três áreas da saúde voltaram-se, de modo mais específico, para a
304 compreensão e ação sobre as interfaces entre meio ambiente, desenvolvimento

305 sustentável (produção) e saúde: promoção da saúde, saúde ambiental e do
306 trabalhador e complexo produtivo da saúde⁷. Essas três áreas têm um grande
307 potencial para combater a pobreza, por meio da inclusão social e da conservação
308 e proteção do meio ambiente em um processo democrático e participativo.

309 Nesta secção será contextualizado este debate, a partir da caracterização
310 da economia verde frente à economia marrom, seus impactos sobre a saúde e a
311 atuação do setor saúde no contexto verde, seguida de uma avaliação do potencial
312 que tem a economia verde na promoção da equidade e erradicação da pobreza e,
313 finalmente, destacando os desafios teórico-práticos para o desenvolvimento
314 sustentável e a saúde, com a perspectiva de oferecer subsídios que auxiliem a
315 avaliação crítica de suas agendas e a intervenção do movimento sanitário na
316 Rio+20 e em seus desdobramentos.

317 **Economia verde *versus* economia marrom**

318 A pegada ecológica⁸ da humanidade dobrou desde 1966, e em 2007 a
319 biocapacidade⁹ utilizada do planeta foi 50% maior que sua renovação. O modo
320 hegemônico de produção e consumo, desde a década de 1980, tem gerado uma
321 dívida ecológica¹⁰ importante. Continuando com esse padrão econômico, até
322 2030, a humanidade precisará da biocapacidade de dois planetas Terra para
323 absorver os resíduos de CO2 e manter o consumo de recursos naturais.

324 O relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente –
325 intitulado ‘Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento
326 Sustentável e a Erradicação da Pobreza’¹¹, demonstra que a transição para uma
327 economia verde de baixo carbono e eficiência de recursos seria possível se
328 fossem investidos 2% do PIB global por ano em dez setores estratégicos, que
329 seriam: construção civil; energia; pesca; silvicultura; indústria; turismo; transporte;
330 resíduos e reciclagem; água e saneamento básico – sendo o maior investimento
331 desse montante em energia, 30%, seguido de 16% em transporte.

332 O documento assume que o desenvolvimento econômico deve ser atrelado
333 à melhoria do índice de desenvolvimento humano, reduzindo ou mantendo sua

⁷ Formado por segmentos industriais de base química e biotecnológica (indústria farmacêutica, vacinas, hemoderivados e reagentes para diagnóstico), de base mecânica, eletrônica e de materiais (equipamentos e materiais médicos) e pelo segmento de prestação de serviços assistenciais e de outras naturezas.

⁸ A ‘pegada ecológica’ mede a água e terra biologicamente produtivas necessárias para fornecer os recursos renováveis que as pessoas utilizam, e inclui o espaço necessário às infraestruturas e à absorção pela vegetação das emissões de dióxido de carbono (CO2).

⁹ A biocapacidade é a capacidade regenerativa total disponível para satisfazer as necessidades da Pegada Ecológica. Tanto a Pegada Ecológica quanto a biocapacidade são expressas em unidades de hectares globais (gha). Um hectare global é um hectare com capacidade mundial média para produzir recursos e absorver resíduos.

¹⁰ A população mundial começou a consumir os recursos renováveis a uma taxa mais rápida do que a taxa de reposição destes recursos pelos ecossistemas, emitindo também mais CO2 do que aquele que os ecossistemas conseguem absorver.

¹¹ PNUMA (2011).

334 pegada ecológica baixa. Neste sentido, a economia verde preconiza pela
335 valorização e incentivo em atividades com baixo teor de emissão de carbono,
336 racionalização dos recursos, integração social, proteção e reforço da
337 biodiversidade e dos serviços fornecidos pelos ecossistemas. Na transição para
338 essa nova economia, muitos empregos se extinguiriam, porém novos empregos,
339 denominados verdes, seriam criados, onde o trabalhador teria liberdade,
340 remuneração equitativa, segurança no local de trabalho e proteção social. Para
341 isso, os governos deveriam promover o incentivo adequado utilizando
342 instrumentos econômicos, normas, inovação e difusão tecnológica, políticas
343 distributivas e voluntárias e iniciativas que possam ajudar a canalizar
344 investimentos - públicos e privados - para setores específicos e aumentar sua
345 eficácia e equidade.

346 Em artigo recente¹² o Prêmio Nobel norte-americano Joseph Stiglitz
347 estabelece conexão entre governança e economia verde, ao propor que os
348 Estados nacionais deveriam evitar políticas recessivas no enfrentamento da crise
349 econômico-financeira global, procurando gerar empregos em iniciativas e serviços
350 públicos, principalmente os empregos verdes, ou seja, aqueles ligados a serviços
351 ecológicos, numa reconversão de expectativas de que a recuperação de
352 empregos deveria privilegiar os setores industriais.

353 Isto implica em alterar a política fiscal, reformar e reduzir os subsídios a
354 empreendimentos prejudiciais ao ambiente, redirecionar os investimentos para
355 setores verdes-chave, que utilizem recursos naturais e energia em menor
356 quantidade ou de forma eficiente e que sejam socialmente inclusivos. Isto
357 eliminaria indústrias marrons que em grande medida existem devido a subsídios.

358 As metodologias de políticas públicas para uma economia verde deverão
359 ser diferentes em cada país, levando-se em consideração suas condições sócio-
360 econômicas e institucionais específicas, seus recursos naturais e pontos de
361 pressão ambiental¹³. Teoricamente, todos os países teriam ganhos econômicos
362 diretos ao fazer a transição para uma economia verde, por meio de maior
363 produtividade, otimização de recursos, ampliação de empregos a partir da
364 inovação e do surgimento de mercados e atividades verdes. Os benefícios de uma
365 economia verde resultariam em maior saúde e bem-estar com menor poluição.

366 A versão zero sinaliza neste sentido, em seu parágrafo 73, ao afirmar que:
367 “Nós reconhecemos que o desenvolvimento da capacidade humana é essencial
368 para se obter um crescimento econômico de base ampla, a construção de
369 comunidades fortes e sustentáveis, a promoção do bem-estar social, e para
370 melhorar o meio ambiente. Os trabalhadores precisam ter as habilidades e
371 proteções necessárias para participar e se beneficiar da transição para uma
372 economia verde, que possui grande potencial para criar trabalhos decentes, em
373 particular para os jovens, e para erradicar a pobreza”.

¹² Jornal O Globo, edição de 15/01/2012.

¹³ OECD, 2011

374 O documento também destaca a importância de se buscar soluções locais e
375 específicas em seu parágrafo 37: “Nós reconhecemos o valor de ter à disposição
376 um conjunto de estratégias diferenciadas, adaptadas para as necessidades de
377 diferentes países e diferentes setores”.

378 Em suma, cada país deverá criar estratégias que melhor respondam à sua
379 condição sócio-ambiental para reduzir as emissões de carbono e poluição,
380 melhorando a eficiência energética e de recursos e evitando a perda de
381 biodiversidade e dos serviços, incluindo o desenvolvimento de tecnologias
382 eficientes, limpas e de baixo impacto ambiental, destinação adequada de
383 resíduos, infra-estrutura eco-eficiente em edifícios e meios de transportes,
384 investimentos em energia renovável; promoção de bens e serviços ambientais;
385 fornecimento sustentável de materiais e manutenção e restauração do capital
386 natural composto de terra, solo, florestas, água doce, oceanos, recursos marinhos,
387 fauna e flora e outros componentes da biodiversidade.

388 Isso promoveria melhor acesso à energia, água potável, alimentação,
389 recursos biológicos, serviços de saneamento, saúde pública e cuidados de saúde,
390 novos postos de trabalho, proteção do trabalho, sistemas de proteção social,
391 tecnologias de informação e comunicação, formação e educação, incluindo a
392 educação para desenvolvimento sustentável e a promoção do consumo
393 sustentável.

394 A principal crítica à Rio+20 volta-se para o eixo da própria Conferência: o
395 conceito de economia verde e sua aplicabilidade concreta. Com efeito, de modo
396 antagônico aos organismos internacionais e alguns *major groups*, atores distintos
397 sustentam que o conceito e suas práticas significam um *aggiornamento* do
398 capitalismo, sustentado pelo interesse dos conglomerados econômicos
399 transnacionais, das grandes corporações e de seus aliados nos governos,
400 focalizando sua argumentação na utilização de tecnologias de ponta como solução
401 para os efeitos da economia marrom, evitando discutir sua raiz, representada
402 pelas formas de organização social e econômica capitalistas.

403 Aqueles que pautam sua crítica pela tese do “esverdeamento do
404 capitalismo” argumentam que a economia verde não enfrenta a questão do
405 modelo de desenvolvimento, apenas propõe adequações ao existente para
406 perenizá-lo, sem mudanças estruturais.

407 As tecnologias verdes seriam controladas pelas corporações internacionais
408 com a perspectiva de obtenção de lucro, caso venham a ser adotadas como
409 solução para os efeitos negativos do desenvolvimento capitalista. Para aqueles
410 que advogam essa análise, isto simbolizaria certa submissão dos Estados
411 nacionais e organismos internacionais ao capital, que manteria o controle da
412 economia verde especialmente na ausência de fortes políticas sociais e de novas
413 estruturas de governança.

414

415 **Economia verde e saúde**

416 A Avaliação Ecosistêmica do Milênio¹⁴ reconhece que o bem estar humano
417 depende de determinantes múltiplos, sendo os serviços ecossistêmicos
418 indispensáveis à saúde das pessoas, e preconiza como requisitos mínimos para
419 uma boa qualidade de vida: alimento, moradia, ar limpo, acesso à água potável e
420 resiliência ao clima.

421 Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde
422 (CNDSS), os DSS são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais,
423 psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de
424 saúde e seus fatores de risco na população. As condições socioeconômicas,
425 culturais e ambientais são concebidas como fatores macro-determinantes da
426 saúde. Assim, o processo saúde-doença reflete as alterações territoriais,
427 geográficas, demográficas produtivas e culturais que impactam o lugar de vida.

428 Juntamente com a redução dos gastos dedicados a saúde, a OPAS já
429 reconhece que os efeitos das mudanças climáticas como o aumento da
430 temperatura, a mudança da superfície terrestre e a mudança de padrões nas
431 precipitações estão por trás do ressurgimento, na América Latina e no Caribe, de
432 epidemias que estavam sob controle¹⁵.

433 Além das mudanças climáticas, a poluição ambiental pode levar a diversas
434 complicações à saúde individual e pública, desde intoxicações químicas,
435 cânceres, malformações congênitas, doenças neurológicas, imunológicas e
436 respiratórias até redução ao acesso à alimentação e à água, vitais para a saúde
437 humana.

438 Outra dimensão da saúde na economia verde diz respeito ao impacto de
439 suas cadeias produtivas no ambiente, seja na produção de resíduos, nas formas
440 de organização do trabalho ou na eficácia da atenção e vigilância em saúde.
441 Nesse contexto, o complexo produtivo da saúde tem papel decisivo, pois constitui
442 um campo em que inovação tecnológica e acumulação de capital geram
443 oportunidades de investimento, trabalho e renda, além de produzir avanços
444 importantes para melhorar o estado de saúde das pessoas. Entretanto, o seu
445 modelo de organização é hegemonicamente o da economia marrom, tornando-se
446 necessário projetar estratégias de mudança para uma economia verde, no sentido
447 correto de sua aplicação. Um ambiente equilibrado promove a saúde, bem
448 fundamental para o desenvolvimento econômico de um país. Essa é uma das
449 justificativas para mudança do modelo econômico para uma economia verde.

450

¹⁴ Ver: <http://www.maweb.org/en/index.aspx>. A Avaliação Ecosistêmica do Milênio avaliou as consequências das mudanças nos ecossistemas para o bem-estar humano e a base científica necessária para a conservação e o uso sustentável do ambiente. Baseou-se nos trabalhos de mais de 1.360 especialistas em todo o mundo, no período de 2001 a 2005.

¹⁵ OPAS, 2007

451 **Impactos do modelo de desenvolvimento econômico atual na saúde**

452 A base da discussão para a mudança do atual modelo de desenvolvimento
453 para o desenvolvimento sustentável é justificado, de modo imediato, pelas
454 alterações catastróficas que aquele pode causar tanto para a economia, quanto
455 para o ambiente e para a saúde. Entre elas destaca-se a mudança climática. Em
456 seu parágrafo 88, a versão zero valida esta análise: “Nós reafirmamos que a
457 mudança climática é um dos maiores desafios de nossa época, e expressamos
458 nossa profunda preocupação que países em desenvolvimento estejam
459 particularmente vulneráveis e estejam experimentando uma ampliação dos
460 impactos negativos da mudança climática, o que está prejudicando gravemente a
461 segurança alimentar e os esforços para erradicar a pobreza, e também
462 ameaça a integridade territorial, a viabilidade e a própria existência de
463 pequenos Estados Insulares em desenvolvimento. Nós damos boas-vindas ao
464 resultado da COP17 em Durban e aguardamos ansiosamente a
465 implementação urgente de todos os acordos firmados.”

466 O clima é um determinante importante da distribuição de vetores e agentes
467 patogênicos. O aumento da incidência-prevalência de doenças como malária,
468 dengue, febre amarela, hantavirose, entre outras, tem sido associadas às
469 mudanças climáticas. As alterações extremas de temperatura também irão
470 contribuir para o aumento da poluição do ar e da água, escassez de alimentos, e
471 em alguns casos pode também levar ao óbito. Também elevam os níveis de
472 ozônio e outros poluentes no ar, o que agrava as doenças cardiovasculares e
473 respiratórias. Estima-se que alergias a pólen e outros alergênicos também serão
474 intensificadas¹⁶.

475 Nesse contexto, as alterações climáticas, do tipo eventos extremos, já
476 apresentam importante impacto na tipologia dos desastres de origem natural em
477 escala global. O dano à saúde relacionado a estes eventos cada vez mais
478 frequentes e intensos são sentidos em todos os continentes. É nesta década que
479 emerge o conceito de “refugiados ambientais”¹⁷.

480 A elevação das temperaturas também altera os regimes de precipitação e
481 poderá prejudicar a produção de alimentos básicos em muitas das regiões mais
482 pobres - em até 50%, até 2020, em alguns países africanos. Isto irá aumentar a
483 prevalência de desnutrição e subnutrição, que atualmente resulta em 3,5 milhões
484 de mortes a cada ano (IPCC, 2007). Ademais, em algumas regiões do mundo
485 numerosas populações serão deslocadas pelo aumento do nível do mar ou serão
486 seriamente afetadas por inundações, secas e fome e diminuição de terras
487 apropriadas para a agricultura, podendo levar ao aumento das doenças de origem
488 alimentar, das doenças transmitidas pela água, das doenças transmitidas por

¹⁶ WHO, 2003

¹⁷ Pessoas que não tenham mais possibilidade de uma vida segura em seus territórios em função de eventos ou conflitos ambientais.

489 vetores, bem como um aumento de mortes prematuras e doenças relacionadas à
490 poluição do ar ¹⁸.

491 Além das mudanças climáticas, outros impactos ambientais do
492 desenvolvimento econômico atual afetam indiretamente a saúde. Modificações do
493 habitat, conversão de terras e desmatamento para criação de estradas e
494 agricultura, alteram as condições ecológicas e podem levar a extinção de
495 espécies. A perda da biodiversidade afeta os serviços do ecossistema, como a
496 captura eficiente da energia da luz solar, a filtragem e depuração de poluentes
497 entre outros. A diversidade de espécies também é importante na ecologia das
498 doenças infecciosas, particularmente zoonoses transmitidas por vetores. A alta
499 diversidade de espécies de hospedeiros vertebrados pode desempenhar um papel
500 benéfico por impedir o domínio de determinadas espécies que atuam como
501 reservatórios principais do patógeno, e, portanto, podem diminuir e/ou “diluir” o
502 risco da doença.

503 A construção de usinas hidrelétricas e barragens em geral, gera
504 modificações ambientais, especialmente mudanças físico-químicas relacionadas à
505 passagem de um sistema de águas correntes para um sistema de águas calmas,
506 o que afeta profundamente a biodiversidade original. No caso da
507 esquistossomose, da malária e da febre amarela – doenças endêmicas
508 mundialmente importantes, associadas a ambientes impactados – cria condições
509 propícias ao estabelecimento dos vetores. Ainda assim, a realização desses
510 empreendimentos ocorre sem planos consistentes de mitigação daquelas
511 doenças, ou até mesmo um incremento no serviço de saúde local para
512 atendimento das mesmas.

513 A falta de tratamento adequado de efluentes domésticos e industriais e a
514 lixiviação de áreas agrícolas permitem o lançamento de parasitos, bactérias, vírus
515 e de substâncias tóxicas, genotóxicas, teratogênicas e carcinogênicas nos corpos
516 hídricos. A água insalubre e a falta de condições de saneamento básico e higiene
517 foram responsáveis por 1,9 milhões de mortes em 2004¹⁹.

518 Hoje, sabe-se que os tratamentos de água convencionais são incapazes de
519 retirar certas substâncias (disruptores endócrinos²⁰, antibióticos e cianotoxinas) da
520 água para consumo humano. Muitas destas substâncias são persistentes no meio
521 ambiente, acumulando-se no solo e no sedimento de rios sendo facilmente
522 transportadas a longas distâncias. Depositam-se ao longo da cadeia trófica,
523 representando um sério risco à segurança alimentar e nutricional. Os disruptores
524 endócrinos causam também declínio da função do sistema imunológico,
525 aumentando a propensão às doenças infecciosas, e alterando o funcionamento
526 dos órgãos reprodutores com conseqüências para a fertilidade.

¹⁸ NAÇÕES UNIDAS, 2006; OPAS, 2008

¹⁹ WHO, 2011

²⁰ Disruptores endócrinos são agentes e substâncias químicas que promovem alterações no sistema endócrino humano e nos hormônios. Também são conhecidos como desreguladores endócrinos, e interferentes endócrinos.

527 Outro ponto fundamental é o modelo de produção agrícola, baseado no
528 agronegócio de monocultura em larga escala, dependente do uso de agrotóxicos,
529 com seus impactos extremamente danosos à saúde e ao meio ambiente, levando
530 à contaminação do ar, da água e do solo, e às enfermidades e mortes.

531 Os impactos nocivos desse modelo para a segurança e soberania alimentar
532 são identificados na versão zero em seu parágrafo 95: “Nós pedimos pelo
533 fortalecimento da Abordagem Estratégica para o Gerenciamento Internacional de
534 Produtos Químicos (SAICM), pela ampliação dos esforços na direção de um
535 regime internacional mais robusto, coerente, efetivo e eficiente para produtos
536 químicos ao longo de todo seu ciclo de vida. Um financiamento de longo prazo
537 sustentável e adequado será importante para auxiliar países em desenvolvimento
538 com um sólido gerenciamento de dejetos e produtos químicos através de uma
539 abordagem integrada.”

540 A legislação brasileira que controla o uso e venda de agrotóxicos, Lei
541 7.802/89²¹, é bastante criteriosa e rígida, no entanto, além da toxicidade dos
542 mesmos, aspectos relacionados a condicionantes não-químicos agravam os
543 danos à saúde, tais como a falta de treinamento específico dos aplicadores de
544 agrotóxicos, as dificuldades de fiscalização e a desigualdade social no campo. Em
545 2009, uma pesquisa do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em
546 Alimentos (PARA) da ANVISA, realizada em 26 estados, alertou que agrotóxicos
547 proibidos ou utilizados acima do limite permitido tiveram seus resíduos
548 encontrados em amostras de alimentos. A maior parte das frutas, verduras e
549 legumes em milhares de pontos de venda do Brasil não tem a procedência
550 identificada. Os riscos à saúde dos resíduos de agrotóxicos em alimentos podem
551 ser graves. Em geral, eles agem de forma crônica e lenta, sendo difícil estabelecer
552 relações imediatas e diretas de causa e efeito.

553 De acordo com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS),
554 explicitadas no Regulamento Sanitário Internacional (WHA58.1), todos os países,
555 independentemente de sua extensão ou população, devem dispor de serviços de
556 informação e assistência toxicológica. Atualmente, no Brasil, o registro dos dados
557 de intoxicação por agrotóxicos, que a partir de 2010 passa a ser de notificação
558 universal, é feito pelo o SINAN (Sistema de Informação de Agravos de
559 Notificação).

560 Em outra iniciativa correlata de articulação institucional, para definir as
561 linhas prioritárias de ação do setor saúde na gestão da segurança química
562 relacionada aos agrotóxicos e sua institucionalização no Sistema Único de Saúde,
563 o Ministério da Saúde instituiu Grupo de Trabalho²² em caráter permanente, para

²¹ A Lei 7.802/89 regulamenta a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins e dá outras providências.

²² Portaria SE/MS nº 397, de 09 de outubro de 2007

564 elaborar e acompanhar a implementação do Plano Integrado de ações de
565 vigilância em saúde relacionada a riscos e agravos provocados por agrotóxicos.
566 No momento após terem sido pactuadas as diretrizes do Plano em 2011, tendo
567 sido elaborado um modelo de Vigilância e Atenção Integral à população Exposta
568 aos Agrotóxicos.

569 O papel do agrotóxico no sistema produtivo pode ser analisado, tanto do
570 ponto de vista do seu risco potencial à saúde humana e ao meio ambiente
571 (negativo), quanto do ponto de vista do seu papel de agente necessário e
572 catalisador do processo produtivo rural (positivo). Tentativas de equilibrar os
573 efeitos positivos e negativos dessa relação inversa entre eficiência econômica e
574 preservação ambiental passariam por legislações que pudessem exercer um
575 controle mais rigoroso durante todo ciclo de vida da produção e da utilização de
576 agrotóxicos e de todos seus resíduos, comprometendo o conjunto dos atores
577 sociais, desde a indústria química e suas revendas até os produtores e
578 trabalhadores rurais com uma gestão integrada e ambientalmente mais segura e
579 saudável.

580 O debate sobre a questão alimentar e nutricional, associado à reflexão
581 sobre modelo de desenvolvimento econômico e social, já tem uma longa tradição.
582 A compreensão da fome como expressão das relações entre o homem e o meio
583 ambiente tem chamado a atenção para os limites do crescimento econômico.
584 Após a II Guerra Mundial, sucessivas crises no abastecimento de alimentos e o
585 agravamento do quadro de fome e miséria no mundo foram decisivos para a
586 criação de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas
587 para Agricultura e Alimentação - FAO, o Fundo das Nações Unidas para a Infância
588 – UNICEF e a própria Organização Mundial da Saúde – WHO. É nesse contexto
589 que emerge o conceito de segurança alimentar.

590 Esse tema é destacado na versão zero em seus parágrafos 64 e 67: “Nós
591 reafirmamos o direito a alimentação e convocamos todos os Estados a darem
592 prioridade à intensificação sustentável da produção de alimentos através da
593 ampliação do investimento na produção local de alimentos, da melhoria do
594 acesso a mercados locais e globais de agro-alimentos, e a redução do nível
595 de dejetos em toda a cadeia de abastecimento, com atenção especial para
596 mulheres, pequenos agricultores, jovens, e agricultores nativos. Nós estamos
597 comprometidos em assegurar uma nutrição apropriada para nossos povos.”
598 “(...) Além disso, nós reiteramos a crucial importância dos recursos hídricos
599 para o desenvolvimento sustentável, incluindo a erradicação da pobreza e da
600 fome, a saúde pública, a segurança alimentar, a energia hidrelétrica, a
601 agricultura e o desenvolvimento rural.”

602 Nesta perspectiva, os governos dos países da América do Norte e Europa
603 Ocidental estão promovendo a regulamentação para a redução do nível de
604 utilização destes produtos químicos utilizados na agricultura, estimulando a
605 chamada agricultura biológica, método que se caracteriza pela rotação de cultura,
606 usos restritos de pesticidas e fertilizantes, entre outras. Paradoxalmente, em 2008,

607 o Brasil assumiu o posto de maior consumidor de agrotóxicos do mundo,
608 superando os Estados Unidos. Agrotóxicos proibidos na União Européia, Estados
609 Unidos, Canadá, Japão e China continuam sendo utilizados no Brasil (ANVISA,
610 2009).

611 A agricultura biológica e orgânica são práticas que poderiam ser estudadas
612 para serem colocadas em aplicação e substituir o modo agrícola atual.
613 Normalmente, os produtos advindos dessas práticas são mais caros, cabendo ao
614 governo subsidiá-las, o que é referendado na versão zero, em seus parágrafos 64
615 e 66: “Nós reafirmamos o direito a alimentação e convocamos todos os Estados
616 a darem prioridade à intensificação sustentável da produção de alimentos
617 através da ampliação do investimento na produção local de alimentos, da
618 melhoria do acesso a mercados locais e globais de agri-alimentos, e a
619 redução do nível de dejetos em toda a cadeia de abastecimento, com
620 atenção especial para mulheres, pequenos agricultores, jovens, e agricultores
621 nativos. Nós estamos comprometidos em assegurar uma nutrição apropriada
622 para nossos povos”.

623 **Impacto do complexo produtivo da saúde sobre o ambiente**

624 O setor saúde, especialmente quando adota um modelo universal,
625 desempenha importante papel como indutor do crescimento econômico e da
626 competitividade. No Brasil, é responsável por boa parte dos investimentos em
627 pesquisa e desenvolvimento, apresentando forte impacto sobre o estágio de
628 desenvolvimento nacional. Porém, os interesses predominantes se movem pela
629 lógica econômica do lucro e não para o atendimento das necessidades da saúde.

630 A indústria bioquímica e farmacêutica gera efluentes com composição e
631 quantidade muito variadas devido ao grande número de fármacos existentes, com
632 introdução de novos fármacos e sazonalidade das produções. Uma característica
633 que a torna potencialmente perigosa é que seus produtos e efluentes são por sua
634 natureza geradores de respostas e efeitos na saúde humana particularmente para
635 a saúde dos trabalhadores envolvidos nos processos produtivos industriais.

636 Os riscos ambientais decorrentes de resíduos químico-farmacêuticos
637 estão relacionados com os despejos industriais ou laboratoriais inadequados,
638 assim como com o descarte aleatório de medicamentos vencidos ou sobras, feito
639 por grande parte das pessoas no lixo comum ou na rede pública de esgoto. Estes
640 resíduos podem trazer como conseqüências a contaminação da água, do solo e
641 de animais, além do risco direto à saúde de pessoas que possam reutilizá-los por
642 acidente ou mesmo intencionalmente, levando ao surgimento de reações adversas
643 graves, intoxicações, entre outros problemas.

644
645 Vários estudos têm demonstrado a presença de medicamentos na água
646 para consumo humano e nos solos, colocando esses produtos como
647 contaminantes ambientais emergentes. Estes estudos têm mostrado que os
648 medicamentos podem interferir no metabolismo e no comportamento dos

649 organismos aquáticos. Dentre os principais princípios ativos nocivos ao meio
650 ambiente, devido à quantidade consumida, toxicidade e persistência no ambiente,
651 estão os beta-bloqueadores, analgésicos e anti-inflamatórios, hormônios
652 esteróides, citostáticos e drogas para tratamento de câncer, compostos neuro-
653 ativos, agentes redutores de lipídeos no sangue, antiparasitários e antibióticos.

654
655 Os efeitos ambientais mais sérios têm sido observados em relação às
656 substâncias que podem interferir no funcionamento natural do sistema endócrino
657 de espécies animais, incluindo os seres humanos, entre eles os estrogênios
658 naturais e contraceptivos. Essas substâncias, dependendo da dose e do tempo de
659 exposição, podem estar relacionadas com doenças como câncer de mama,
660 testicular e de próstata, ovários policísticos e redução da fertilidade masculina.
661 Outra preocupação é com os antimicrobianos, pelo potencial em desenvolver
662 bactérias resistentes capazes de infectar o homem e por serem usados em
663 grandes quantidades.

664 Dentre as emissões dos serviços de saúde é necessário uma atenção
665 especial aos resíduos sólidos gerados (RSS)²³, 80% são comparáveis aos
666 resíduos domésticos e 20% são considerados resíduos perigosos que podem ser
667 infecciosos, tóxicos ou radioativos.

668 Para a comunidade científica e entre os órgãos federais responsáveis pela
669 definição das políticas públicas pelos RSS (ANVISA e CONAMA), esses resíduos
670 representam um potencial de risco em duas situações: para a saúde ocupacional
671 de quem manipula esse tipo de resíduo, seja o pessoal ligado à assistência
672 médica ou médico-veterinária, seja o pessoal ligado ao setor de limpeza e
673 manutenção; para o meio ambiente e a população, como decorrência da
674 destinação inadequada de qualquer tipo de resíduo, alterando as características
675 do meio.

676 Os RSS também podem favorecer o transporte de organismos
677 multirresistentes dos estabelecimentos de saúde para o ambiente. Dessa forma, o
678 tratamento e a disposição adequado dos RSS é indispensável para a manutenção
679 da saúde humana e ambiental (WHO, 2007). Os rejeitos radioativos ou
680 contaminados com radionuclídeos provenientes de laboratórios de análises
681 clínicas, serviços de medicina nuclear e radioterapia, devem seguir as normas da
682 Comissão Nacional de Energia Nuclear (Resolução CNEN-6.05²⁴). A orientação da

²³ Segundo a Resolução CONAMA 283/2001, caracteriza-se como resíduos de serviços de saúde (RSS): aqueles provenientes de qualquer unidade que execute atividades de natureza médico-assistencial humana ou animal; aqueles provenientes de centros de pesquisa, desenvolvimento ou experimentação na área de farmacologia e saúde; medicamentos e imunoterápicos vencidos ou deteriorados; aqueles provenientes de necrotérios, funerárias e serviços de medicina legal; e aqueles provenientes de barreiras sanitárias.

²⁴ A norma CNEN-NE-6.05 “Gerência de Rejeitos Radioativos em Instalações Radiativas, 1985” regulamenta os serviços de medicina nuclear. Nessa norma encontram-se os procedimentos de limpeza, descontaminação, armazenamento e descarte de rejeitos cuja obrigação é dos serviços de medicina nuclear, incluindo-se a quantidade de material radioativo que é jogado no sistema de esgotos sanitários.

683 ANVISA e da CNEN é de que estes rejeitos radioativos sejam liberados como lixo
684 hospitalar após o devido tempo de decaimento. Acidentes envolvendo materiais
685 radioativos trazem risco não só a saúde, mas também ambientais, econômicos e
686 sociais. No Brasil, o acidente com Césio 131 de Goiânia, proveniente de um
687 equipamento abandonado, contaminou uma região inteira, com vários casos letais
688 e uma magnitude de exposição ainda não solucionada, situação que ainda gera
689 grandes expectativas à população afetada.

690 No Brasil, cerca de 56% dos municípios brasileiros dispõem de forma
691 inadequada seus resíduos sólidos hospitalares, sendo que 30% deste total
692 correspondem aos lixões. O restante os deposita em aterros controlados,
693 sanitários e aterros especiais (ANVISA, 2006). A disposição desses resíduos em
694 locais inadequados (lixões e aterros controlados) permite que o chorume e todos
695 os agentes patogênicos se infiltrem no solo, contaminando-o e comprometendo os
696 lençóis freáticos, além de ampliar os riscos aos catadores. Também há o risco de
697 contaminação do ar, dada quando os resíduos são tratados pelo processo de
698 incineração descontrolado (ANVISA, 2006).

699 No que se refere às formas de tratamento adotadas pelos municípios, os
700 resultados de pesquisas mostram o predomínio da queima a céu aberto (cerca de
701 20%), seguida da incineração (11%) e que 22% dos municípios não tratam de
702 forma alguma seus resíduos (ANVISA, 2006).

703 Existem regras para o descarte dos Resíduos de Serviços de Saúde. Elas
704 estão dispostas na Resolução nº 306 de dezembro de 2004, da Agência Nacional
705 de Vigilância Sanitária (Anvisa). Entre elas, uma estabelece que a segregação,
706 tratamento, acondicionamento e transporte adequado dos resíduos é de
707 responsabilidade de cada unidade de saúde onde eles foram gerados,
708 compromisso este que é sacramentado pela elaboração obrigatória do Plano de
709 Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde-PGRSS – por parte dos
710 estabelecimentos geradores.

711 Um dos entraves atuais para o gerenciamento adequado destes resíduos
712 está na fiscalização. Dentro do estabelecimento de saúde os responsáveis pela
713 fiscalização são os órgãos de Vigilância Sanitária e, após sua saída (transporte e
714 disposição final) é de responsabilidade do órgão ambiental. A falta de integração
715 entre esses dois órgãos torna a fiscalização deficiente. Outro problema é a
716 reduzida infra-estrutura e serviços, como empresas de transporte adequado,
717 empresas para tratamento, reciclagem e reaproveitamento de metais e outros
718 materiais, sistema de logística reversa, entre outros. No caso das lâmpadas
719 fluorescentes de vapor de mercúrio, por exemplo, cujos resíduos podem
720 contaminar o solo e as águas, atingindo a cadeia alimentar, os locais de coleta são
721 muito reduzidos.

722 Dessa forma, é necessário que se implemente uma política nacional para
723 gerenciamento dos RSS, integrada entre o MS e MMA, assim como ações de
724 logística e infra-estrutura local para coleta, transporte e tratamento dos mesmos.

725 Seu tratamento protege a saúde da população e conseqüentemente otimiza o
726 processo de reciclagem. Muitos resíduos da saúde já podem ser reciclados, como
727 agulhas e seringas que podem ser transformadas em blocos. As iniciativas de
728 reciclagem e reaproveitamento devem ser incentivadas e postas em prática.

729 A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos sólidos
730 (PNRS), ficou 20 anos para ser votada no Congresso Nacional até ser aprovada
731 em 2010, e regulamentada em dezembro através do Decreto nº 7404/2010. A
732 PNRS estabeleceu, como primeiro objetivo, a proteção da saúde pública e da
733 qualidade ambiental e elencou, entre os seus princípios e objetivos, questões
734 como o poluidor-pagador e protetor-recebedor, a visão sistêmica na gestão
735 dos resíduos sólidos, a cooperação entre as diferentes esferas do poder
736 público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade.

737 Estabeleceu também a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de
738 vida dos produtos, que atribui ao poder produtivo, aos consumidores e aos
739 titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos
740 sólidos a responsabilidade para minimizar o volume de resíduos sólidos e
741 rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde
742 humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.
743 Uma das ações que se destaca na PNRS é a eliminação de lixões e a
744 conseqüente disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos até
745 2014.

746 Para que as diretrizes da PNRS sejam obedecidas será necessário a
747 mobilização, a participação e o apoio dos vários públicos envolvidos. Dessa
748 forma, a PNRS estimula a criação de instrumentos e metodologias em educação
749 ambiental. A educação ambiental juntamente com os instrumentos econômicos, o
750 Sistema Nacional de Informação sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR) e a
751 logística reversa são os quatro temas transversais que comporão todas as ações e
752 estratégias do Plano.

753 Foram dados destaques à exigência da segregação obrigatória para
754 implantação de sistemas de logística reversa, a ser instituída pelo setor produtivo
755 para alguns resíduos, principalmente os eletroeletrônicos, lâmpadas fluorescentes
756 de vapor de mercúrio, óleos lubrificantes e suas embalagens, embalagens em
757 geral e resíduos de medicamentos, os quais que estão sendo acompanhados
758 pelos seus respectivos Grupos de Trabalho Temáticos e pelo Comitê Orientador
759 da Logística Reversa - CORI. Atualmente está sendo elaborada proposta de
760 acordo setorial para implantação da logística reversa destes resíduos, para ser
761 aprovada pelo CORI e, de acordo com a PNRS, todos os custos da logística serão
762 arcados pelo setor produtivo.

763 No que tange aos RSS, houve uma evolução nos quesitos legais e
764 normativos, principalmente no que se refere aos procedimentos e instrumentos de
765 apoios para o gerenciamento de RSS nos estabelecimentos, reforçando a

766 exigência do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde -
767 PGRSS e atualização das informações contidas nele.

768 Os efluentes líquidos dos serviços de saúde também possuem
769 características peculiares que merecem atenção diferencial. O uso de antibióticos
770 promove a seleção de bactérias multirresistentes e de genes de resistência a
771 antibióticos. As estações de tratamento de efluente líquido de serviços de saúde,
772 na maioria das vezes inexistentes, não mostram eficácia na remoção de
773 microrganismos patogênicos, permitindo a difusão de bactérias multirresistentes
774 para o ambiente, contaminando os recursos hídricos. Os genes de resistência
775 podem ser transferidos de uma bactéria a outra, mecanismo particularmente
776 importante nos efluentes hospitalares, porque a possibilidade de troca genética é
777 aumentada pela maior densidade e maior contato entre os microrganismos, o que
778 permite um aumento sua da taxa de transferência horizontal.

779 As estratégias de construção de serviços de saúde “verdes” são uma
780 oportunidade de engajamento do setor no processo de transição para a economia
781 sustentável. Abrangem cinco áreas principais: planejamento do local, consumo de
782 energia, água e materiais e a qualidade do ambiente interno. O projeto deve
783 garantir a sustentabilidade destes fatores e a sua interação. Um edifício "verde"
784 permite redução de custos entre 15% e 25% de energia e água, de 70% da
785 emissão de óxido nitroso, de 50% da emissão de gás carbônico e de 20% de
786 combustível para o aquecimento de água, o que torna o investimento neste tipo de
787 construção importante não apenas do ponto de vista da sustentabilidade ecológica
788 como da eficiência econômica.

789 Outro aspecto estrutural é a saúde do trabalhador e a biossegurança, que
790 no setor são revestidas de singularidades, particularmente em seu componente de
791 serviços. O processo de trabalho com alta intensidade de trabalho humano e
792 centrado na produção do cuidado torna complexas as situações de risco e
793 consequente intervenção preventiva.

794 Em particular, os laboratórios de análises clínicas e de controle de
795 qualidade, setores de exames de imagem e invasivos, centros cirúrgicos e
796 unidades de emergência são considerados críticos em relação aos riscos
797 ambientais e ocupacionais e requerem uma abordagem de vigilância de maior
798 intensidade.

799 Recentemente foram definidas as Diretrizes da Promoção da Saúde dos
800 Trabalhadores do SUS²⁵ que induz a construção de relações e ambientes de
801 trabalho, estabelecem um processo de governança intrasetorial com abordagem
802 participativa integrada a uma prescrição de conteúdos, técnicas e instrumentos de
803 vigilância em saúde do trabalhador, componente essencial da construção de uma
804 economia verde no setor saúde.

²⁵ Ministério da Saúde. Protocolo da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde – MNNP – SUS - nº 008 /2011 - Institui as diretrizes da Política Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador do Sistema Único de Saúde - SUS.

805 **Economia verde e erradicação da pobreza: Agenda dos organismos**
806 **internacionais para o desenvolvimento sustentável**

807 Em todas as partes do mundo, a pobreza e as precárias condições de vida
808 permanecem sendo uma das maiores causas das doenças. A desnutrição crônica
809 ou a fome tornam muitas pessoas vulneráveis ao adoecimento e às mortes
810 precoces. Um exemplo disso são os índices de mortalidade infantil. Eles vêm
811 declinando, mas não na mesma velocidade e o mesmo ímpeto para todas as
812 classes sociais (UN, 2012).

813 De acordo com as simulações do relatório ‘Rumo a uma Economia Verde:
814 Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza’²⁶, um
815 cenário de investimento verde atingiria taxas de crescimento anuais mais altas que
816 o cenário habitual de negócios, em um espaço de tempo de 5 a 10 anos.

817 O relatório afirma que uma economia verde pretende valorizar o capital
818 natural, e propõe que um quarto dos investimentos seja alocado em: silvicultura,
819 agricultura, água potável e pesca. As atuais tendências projetadas para a
820 agricultura, caso persista o modelo atual, são menos eficientes do que as da
821 economia verde. Por exemplo, os investimentos em agricultura verde conduziram,
822 ao longo do tempo, ao aumento da qualidade do solo e ao crescimento da
823 produção global das principais culturas, representando uma produção 10% acima
824 do projetado com as estratégias atuais de investimento. O aumento da eficiência
825 na agricultura e nos setores industrial e urbano reduziria a demanda de água em
826 cerca de um quinto até 2050 em comparação com as tendências projetadas,
827 reduzindo a pressão sobre o lençol freático e água superficial, a curto e longo
828 prazo, impactando positivamente eixos importantes das políticas de erradicação
829 da fome e da pobreza.

830 A versão zero destaca a segurança alimentar como prioridade para
831 erradicar a pobreza em seu parágrafo 25: “Nós estamos convencidos que a
832 economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da
833 pobreza deve contribuir para se alcançar metas-chave – em particular as
834 prioridades de erradicação da pobreza, segurança alimentar...”

835 Assim, sob um panorama de economia verde inclusiva, o crescimento
836 econômico e a sustentabilidade ambiental não são incompatíveis e contribuem
837 para o combate à pobreza, uma vez que os serviços ecossistêmicos são
838 componentes das vidas de comunidades e proporcionam uma rede de segurança
839 contra desastres naturais e disponibilidade de serviços essenciais, como por
840 exemplo, a água.

841 A economia verde pode estar alinhada à promoção e defesa dos Objetivos
842 de Desenvolvimento do Milênio que tem, entre outras, a meta de reduzir pela
843 metade o número de pessoas com fome e sem acesso a água potável. O relatório

²⁶ PNUMA, 2011

844 “A economia dos ecossistemas e da biodiversidade” (EC, 2008) analisa a
 845 correlação entre os serviços ecossistêmicos e os ODM (tabela 1).

846 **Quadro 1: Relação entre serviços ecossistêmicos e os ODM**

Tabela 2.1: Serviços ecossistêmicos e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): Relações e trade-offs (compensações)

Serviços Ecosistêmicos	Relação com ODM	Relações com as metas	Resultado conflitante	Avaliação
Serviços de fornecimento e regulação	ODM 1: Erradicar pobreza extrema e fome	Fornecimento diário de água, madeira e alimentação estabilizado: isso influencia o padrão material mínimo na vida dos pobres, aliviando a pobreza e a fome.	Maiores conflitos pela água, exploração de recursos do solo, costeiros e marinhos e a resiliência da agrobiodiversidade poderiam ser <i>trade-offs</i>	Relações fortes e diretas: a intervenção precisa ser receptiva aos serviços ecossistêmicos, à biodiversidade e à resiliência dos ecossistemas cultivados
Serviços de áreas úmidas e florestas	ODM 3: Promover igualdade entre os gêneros e capacitar mulheres	Madeira e água: proximidade e disponibilidade adequadas ajudariam alcançar igualdade entre os gêneros por reduzir essa carga que recai principalmente nas mulheres	Poderia haver maior extração de água subterrânea. O fortalecimento de direitos sobre a terra para as mulheres poderia, no entanto, garantir enormemente a prevenção da perda da biodiversidade	Relação indireta
Serviços de fornecimento (plantas medicinais) e regulação (água)	ODM 5: Aprimorar a saúde materna	Melhor disponibilidade de água potável e serviços médicos tradicionais criariam condições viáveis (ver Quadro 2.3)		Relação indireta
Serviços de fornecimento e regulação	ODM 6: Combater HIV/AIDS, malária e outras doenças	Isto seria facilitado aumentando-se a disponibilidade de água potável		Relação indireta
Serviços de fornecimento	ODM 8: Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento	Práticas de troca justas e igualitárias e uma ordem econômica global saudável refletiriam o custo real de exportação/importação na perspectiva dos serviços ambientais		Relação indireta
Serviços de fornecimento e regulação	ODM 4: Reduzir mortalidade infantil	Criando condições facilitadoras, por exemplo por meio de água potável (veja Quadro 2.5)		Relação indireta
Serviços de fornecimento e regulação	ODM 2: Alcançar educação primária universal	Fornecimento de serviços pode ser afetado pela expansão de infra-estrutura para a educação (escolas e estradas)		Relação fraca ou pouco clara

847

848 Fonte: European Communities, 2008.

849 A tabela apresenta relação indireta entre os serviços ecossistêmicos e
 850 todos os ODM à exceção do ODM 1 – Erradicar a pobreza extrema e a fome, que
 851 apresentou “relações fortes e diretas: a intervenção precisa ser receptiva aos
 852 serviços ecossistêmicos, à biodiversidade e à resiliência dos ecossistemas
 853 cultivados”. O ODM 7 – Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente não é
 854 citado, provavelmente por ser transversal aos demais.

855 O mundo avança nessa direção, apesar da recessão econômica mundial,
856 mas demonstra fragilidade nas áreas vitais, tais como a melhoria da saúde
857 materna e acesso a um saneamento de qualidade, conforme publicado no
858 Relatório de Acompanhamento dos ODM (2011)²⁷ que também recomenda a
859 criação de empregos, a promoção do crescimento econômico, a segurança
860 alimentar, a promoção das energias limpas e o reforço das parcerias entre os
861 países ricos e pobres, para ajudar as populações mais vulneráveis do mundo. O
862 relatório de avaliação dos ODM revela que possivelmente se alcançará a meta de
863 15% de pessoas que vivem na pobreza extrema, até 2015.

864 O Brasil tem se apoiado em políticas sociais, de alcance nacional, com o
865 objetivo de reduzir a pobreza e as desigualdades garantindo os direitos dos
866 cidadãos, como é o caso do conjunto de ações para o combate à fome e à
867 pobreza, que hoje se configura no Plano Brasil sem Miséria. Somadas a outros
868 fatores, como o crescimento da economia e a geração de empregos, elas já
869 possibilitaram não apenas eliminar pela metade a proporção da população pobre
870 no país – Meta do primeiro ODM – como também cumprir a meta mais ousada,
871 assumida voluntariamente em 2005, de reduzir essa proporção para um quarto da
872 população total (IPEA, 2010).

873 O Plano Brasil sem Miséria é dirigido principalmente para 16 milhões de
874 pessoas que ainda permanecem na pobreza extrema, que não conseguiram se
875 inscrever em programas sociais como o Bolsa Família, muito menos ter acesso a
876 serviços essenciais como água, luz, educação, saúde e moradia. A partir do Mapa
877 da Pobreza e do Mapa Nacional de Oportunidades, o governo brasileiro
878 desenvolveu uma estratégia, chamada "Busca Ativa", que identifica as pessoas
879 nessas condições, realiza o seu cadastro nos programas sociais e procura
880 identificar os meios mais eficientes para melhoria da sua qualidade de vida
881 (BRASIL, 2012).

882 O Programa Bolsa Verde faz parte do Plano Brasil sem Miséria, que
883 beneficia famílias da Região Norte em situação de pobreza extrema²⁸ que vivem
884 em áreas de preservação ambiental, que a cada três meses receberão a bolsa por
885 serviços ambientais de conservação das áreas onde vivem e trabalham e
886 qualificação em manejo florestal e educação ambiental. Até 2014, o Governo
887 Federal pretende atender 72 mil famílias de pequenos produtores e comunidades
888 tradicionais que vivem em área de preservação e assentamentos de reforma
889 agrária que contém recursos florestais importantes (BRASIL, 2011).

890 Outras ações do Plano Brasil sem Miséria estão focadas no processo de
891 inclusão produtiva das populações carentes do campo, através do fortalecimento
892 da agricultura familiar, e das populações carentes das cidades, através de
893 fortalecimento de ações para a geração de renda (qualificação profissional,

²⁷ Acessível em: http://www.un.org/millenniumgoals/11_MDG%20Report_EN.pdf

²⁸ Equivalente à renda per capita mensal de até R\$ 70,00.

894 economia solidária, micro empreendedor individual, cooperativa de catadores,
895 etc.).

896 Esse contexto indica que a implementação de políticas sustentáveis tem
897 potencial para enfrentar a pobreza, promover a equidade, melhorar a qualidade de
898 vida e a sustentabilidade do planeta. A Rio+20 deverá enfrentar uma série de
899 desafios nesse sentido.

900

901 **III - Governança em Saúde e Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável**

902 Nesta secção do documento será discutida a atual configuração mundial e
903 nacional da governança da/ e para/ a saúde e ambiente no contexto do
904 desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, um dos temas centrais
905 da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20.

906 Para fins deste documento, governança refere-se ao *modus operandi* das
907 políticas governamentais – que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato
908 político-institucional do processo decisório, a definição do *mix* apropriado de
909 financiamento de políticas e ao alcance geral dos programas. O conceito não se
910 restringe, contudo, aos aspectos gerenciais e administrativos do Estado, tampouco
911 ao funcionamento eficaz do aparelho de Estado. Refere-se a padrões de
912 articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais
913 que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema
914 econômico e social, incluindo-se aí não apenas os mecanismos tradicionais de
915 agregação e articulação de interesses, tais como os partidos políticos e grupos de
916 pressão, como também redes sociais informais, hierarquias e associações de
917 diversos tipos. Ou seja, a governança opera num plano mais amplo, englobando
918 estrutura e forma de operar de governos e a sociedade como um todo.

919 É compreensível que se discuta e problematize a forma como se estrutura e
920 opera a governança do desenvolvimento sustentável global e nacional, assim
921 como as governanças internas e específicas dos setores da saúde e do ambiente.
922 Cada uma delas tem suas lógicas, mandatos, formas de operar, burocracias
923 específicas, conceitos, disciplinas e métodos de trabalho que as informam, assim
924 como segmentos da sociedade civil que prioritariamente relacionam-se com cada
925 um destes segmentos de governo. Por esta razão, fará parte desta secção do
926 documento a discussão das governanças global e nacional DO desenvolvimento
927 sustentável, DO ambiente e DA saúde.

928 Dado o caráter multi-facético dos processos sociais que influenciam o
929 desenvolvimento sustentável, a saúde humana e o ambiente, o que ocorre
930 (inclusive a governança) em outros setores da sociedade influencia
931 poderosamente os resultados em cada uma destas dimensões do todo. Assim, é
932 necessário também discutir a chamada ‘governança PARA’ o alcance de melhores
933 resultados em termos de desenvolvimento sustentável, saúde e ambiente. Isto é,
934 como se estruturam e operam os governos e as sociedades que objetivam

935 alcançar o desenvolvimento de forma sustentável e, simultaneamente, ter
936 resultados positivos sobre a saúde humana e a proteção aos recursos da/ e para a
937 vida no planeta.

938 O documento “*The future we want*” discute basicamente a ‘governança DO
939 ambiente PARA o desenvolvimento sustentável’, sem abordar de forma mais
940 consistente as demais dimensões. Ou seja, discute exclusivamente uma das
941 dimensões acima listadas, que será apresentada a seguir. De outro lado, faz supor
942 que será necessário estabelecer uma governança global capaz de induzir a
943 economia verde no ‘ pilar econômico’ (embora pouco detalhe a respeito); manter e
944 aperfeiçoar ou criar uma nova estrutura para a governança no ‘ pilar ambiental’ (o
945 que constitui a peça central de governança no documento); e pouco avança com
946 posições sobre a governança do ‘ pilar social’, onde se encontra a saúde.

947 **Governança para o desenvolvimento**

948 A iniciativa formal recente mais importante para a governança global para o
949 desenvolvimento foi a Cúpula do Milênio, realizada pela Organização das Nações
950 Unidas, no ano 2000, em Nova York, na qual 189 Estados-membros, 147 dos
951 quais eram Chefes de Estado, adotaram a Declaração do Milênio e os Objetivos
952 de Desenvolvimento do Milênio (ODM)²⁹.

953 Tendo convocado todas suas agências para realizarem conferências na
954 década de 1990 – entre as quais a Rio 92 – visando ‘preparar o mundo para o
955 século XXI’, as Nações Unidas reuniram as contribuições setoriais e plasmaram
956 na Declaração e no alcance dos ODM até 2015 o acordo considerado possível
957 para a ‘cooperação para o desenvolvimento’ no início do século XXI, no contexto
958 da sua ‘agenda de desenvolvimento’. No compromisso assumido no ano 2000, os
959 países mais desenvolvidos do mundo se obrigaram a entregar 0,7% do seu PIB
960 em ‘ajuda para o desenvolvimento’, assim como atuar no alívio da dívida dos
961 países em desenvolvimento, na justiça no comércio e no acesso a tecnologias
962 procurando, assim, reduzir as enormes iniquidades existentes entre regiões do
963 globo e entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

964 Monitoramentos globais desenvolvidos periodicamente indicam que houve
965 alguns progressos em alguns objetivos nos primeiros anos, mas a crise econômica
966 mundial, iniciada em 2007 nos países centrais do capitalismo global, e mantida até
967 hoje, produziu impactos tremendos na ajuda para o desenvolvimento, talvez
968 comprometendo em definitivo o alcance dos objetivos mínimos acordados no ano
969 2000.

970 A questão central da Cúpula e dos ODM é a omissão em não tocar nas
971 causas estruturais dos modos de produção e consumo e da distribuição do poder
972 mundial que produzem as iniquidades e impedem o verdadeiro desenvolvimento,
973 tendo-se restringido a ajudas condicionadas dos países desenvolvidos aos países

²⁹ Para aprofundar informações sobre ODM, ver: <http://www.un.org/millenniumgoals/>

974 em desenvolvimento, sem que sequer os modestos Objetivos do Milênio tenham
975 sido alcançados até aqui.

976 De outro lado, a prática da cooperação internacional para o
977 desenvolvimento, a despeito das reiteraões à Declaração de Paris e o Plano de
978 Ação de Accra³⁰, foi reduzida com a crise econômica mundial e, na prática,
979 continua distante do cumprimento dos princípios de alinhamento, harmonização e
980 apropriação, tão importantes para que o desenvolvimento se transforme de fato
981 em realidade palpável nos países em desenvolvimento.

982 Diversos países e grupos de países, mas principalmente consórcios
983 formados por acadêmicos e *decision makers* começam a trabalhar no cenário pós-
984 2015 ou pós-ODM, argüindo as necessidades e tendências do 'desenvolvimento'
985 nos seus componentes de conceitos e práticas, que se seguiriam a 2015.

986 Para muitos, a Rio+20 seria um momento importante para adjetivar o
987 'desenvolvimento', dando-lhe substância com os compromissos com a
988 'sustentabilidade', jogando assim uma cartada importante para as negociações
989 que certamente se seguirão, nos anos vindouros, com vistas a compromissos
990 internacionais pós-ODM no âmbito das Nações Unidas para 2015 em diante.

991 Sabe-se, entretanto, que a governança global está longe de ser resolvida
992 no âmbito exclusivo das Nações Unidas. O G8 e o G20 – clubes de países mais
993 desenvolvidos do mundo aos quais hoje têm sido convidadas algumas economias
994 emergentes, como as do Brasil e da Índia, por exemplo, – as instituições
995 financeiras internacionais (IFIs), os bancos multilaterais de desenvolvimento
996 (BMD), são instâncias importantes de decisão sobre rumos econômicos e sociais
997 internacionais, cujas orientações devem ser cuidadosamente examinadas para um
998 entendimento pleno da governança global para o desenvolvimento.

999 O que importa discutir, no contexto deste documento, são as implicações
1000 das orientações e decisões da governança do desenvolvimento com e sobre as
1001 governanças globais do ambiente e da saúde. De forma geral, o que se verifica é
1002 a proeminência da retórica sobre as ações concretas; a submissão das agências
1003 'sociais' do sistema das Nações Unidas às decisões políticas tomadas nas suas
1004 agências 'econômicas'; e um grau elevado de incoerência nas políticas e práticas
1005 dos países e o déficit democrático nas decisões internacionais, com a submissão
1006 das políticas ambientais e da saúde às políticas econômicas emanadas dos
1007 mencionados fóruns. Apenas para exemplificar, são candentes os prejuízos do
1008 comércio internacional injusto e das questões de propriedade intelectual,
1009 patrocinados pela OMC e OMPI, sobre a saúde e a agricultura, isto é, sobre o
1010 acesso a bens essenciais para a saúde e sobre a segurança alimentar, nutricional
1011 e o ambiente.

³⁰ Para a Declaração de Paris sobre a Efetividade da Ajuda e o Plano de Ação de Accra, ver:
http://www.oecd.org/document/18/0,3746,en_2649_3236398_35401554_1_1_1_1,00.html

1012 Portanto, a Rio+20, desde que incorpore de forma negociada as
1013 perspectivas de governos e da sociedade civil, se oferece como uma oportunidade
1014 para repactuar as bases do desenvolvimento, em torno da sustentabilidade
1015 ambiental e da incorporação verdadeira das dimensões sociais do
1016 desenvolvimento, o que inclui em definitivo a saúde humana.

1017 **Governança global na questão do ambiente**

1018 A diplomacia multilateral e a jurisprudência internacional têm sido
1019 instrumentos fundamentais para a construção da governança ambiental global.
1020 Destaque-se, nos últimos 40-50 anos, a Conferência de Estocolmo (Junho de
1021 1972), com a Declaração, o Plano de Ação e criação do Programa das Nações
1022 Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)³¹; o Protocolo de Montreal (1987)³² sobre
1023 o controle de emissões de CFC e outras substâncias que destroem a camada de
1024 ozônio; a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável
1025 (Comissão Brundtland) e o Informe 'Nosso Futuro Comum' (1987)³³; a Criação do
1026 Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas
1027 (1988)³⁴; a Convenção da Basileia sobre movimentação trans-fronteiriça de
1028 dejetos perigosos (1989)³⁵, entre outros, antes da Rio 92, todos com influências e
1029 conseqüências tanto sobre as questões ambientais, quanto sobre a saúde
1030 humana.

1031 A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
1032 (UNCED), comumente referido como a Conferência Rio 92 ou Cúpula da Terra, foi
1033 um esforço empreendido por governos e sociedade, sob a égide das Nações
1034 Unidas, visando integrar meio ambiente e desenvolvimento. No processo
1035 preparatório para a Cúpula do Rio em 1992, houve uma série de propostas sobre
1036 o melhor desenho institucional para enfrentar os desafios do desenvolvimento
1037 sustentável. Na Rio 92 foram adotados diversos documentos-chave, incluindo a
1038 Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento³⁶, a Carta da Terra³⁷,
1039 a Agenda 21³⁸, e as históricas 'Convenções do Rio' (CBD, UNCCD, UNFCCC)³⁹.

³¹ Ver: <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?documentid=97&articleid=1503>

³² Protocolo de Montreal. Ver: <http://www.unep.org/ozone/pdf/Montreal-Protocol2000.pdf>

³³ Comissão Brundtland. Informe: Nosso Futuro Comum. Ver:

<http://www.earthsummit2012.org/historical-documents/the-brundtland-report-our-common-future>
(em inglês)

³⁴ Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas. Ver:
<http://www.ipcc.ch/>

³⁵ Convenção da Basileia. Ver: <http://www.basel.int/>

³⁶ Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ver:

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=576>

³⁷ Carta da Terra. Ver: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc

³⁸ Agenda 21 – Texto completo. Ver:

<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575&idMenu=9065> ou http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/res_agenda21_00.shtml

³⁹ CBD: Convenção sobre a Diversidade Biológica (Ver: <http://www.cbd.int/convention/text/>);

UNCCD: Convenção das Nações Unidas sobre o Combate à Desertificação (Ver:

<http://www.unccd.int/convention/text/convention.php>); UNFCCC: Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (Ver: <http://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>).

1040 Também a partir da Rio 92 foram criadas novas instituições internacionais, entre
1041 elas a Comissão de Desenvolvimento Sustentável⁴⁰, encarregada do
1042 acompanhamento da Conferência do Rio, e foi implantada uma reforma da
1043 estrutura global para a gestão do desenvolvimento sustentável.

1044 Dez anos depois da Rio 92, o conceito dos três pilares do desenvolvimento
1045 sustentável que se reforçam mutuamente foi incorporado ao Plano de
1046 Implementação de Johannesburgo de 2002 (Johannesburg Plan of Implementation -
1047 JPol)⁴¹.

1048 A necessidade de reforçar o Quadro Institucional para o Desenvolvimento
1049 Sustentável (International Framework for Sustainable Development - IFSD) é
1050 abordada no capítulo XI do Plano. O desenvolvimento sustentável foi reconhecido
1051 como um objetivo prioritário para as instituições nos níveis nacional, regional e
1052 internacional / global. O JPol destacou a necessidade de reforçar a integração do
1053 desenvolvimento sustentável nos mandatos e atividades de todas as agências,
1054 programas e fundos integrantes das Nações Unidas, bem como das instituições
1055 financeiras internacionais. Portanto, a discussão do IFSD também abrange o papel
1056 de instituições que constituem os pilares econômico e social, devendo considerar-
1057 se, por exemplo, as formas de intensificar os esforços para fazer a ponte entre as
1058 instituições financeiras internacionais (IFIs), os bancos multilaterais de
1059 desenvolvimento (BMD), e as demais instituições do sistema das Nações Unidas.

1060 A versão zero do documento em elaboração para a Rio+20 propõe no seu
1061 Par. 25 que a economia verde seja a estratégia central do componente político da
1062 governança para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, já
1063 discutida em segmento anterior deste documento.

1064 O que é de notar, contudo, é que o documento não especifica como deve
1065 ser a governança da economia mundial para que se alcancem as ambiciosas
1066 metas mencionadas no Par. 26, o que é uma omissão importante, porque deixa de
1067 propor transformações na governança econômica global (por exemplo, as regras
1068 de comércio e propriedade intelectual e tantas outras), sabidamente um
1069 determinante poderoso do desenvolvimento sustentável, nos seus três pilares
1070 constitutivos. Apenas ressalta que não tem a intenção de ser um conjunto de
1071 regras rígidas, mas sim de ser uma estrutura de tomada de decisões integrada
1072 dos três pilares de desenvolvimento sustentável em todos os domínios públicos e
1073 privados (Par. 27) e, remetendo a questão da governança apenas para o plano
1074 nacional, indica que cada país, respeitando as realidades específicas de seu
1075 desenvolvimento econômico, social e ambiental, fará as escolhas apropriadas
1076 (Par.28).

⁴⁰ Comissão do Desenvolvimento Sustentável. Ver:
http://www.un.org/esa/dsd/csd/csd_aboucsd.shtml

⁴¹ Plano de Implementação de Johannesburgo. Ver:
<http://www.mma.gov.br/estruturas/ai/arquivos/pijoan.doc>

1077 De outro lado, numa interpretação absolutamente distorcida em relação à
1078 atual crise econômica global, sabidamente originada e mantida pelos países do
1079 circuito central da economia global, indica que os países em desenvolvimento
1080 estão enfrentando grandes desafios para erradicar a pobreza e sustentar o
1081 crescimento, e que a transição para a economia verde irá requerer ajustes
1082 estruturais que podem envolver custos adicionais para suas economias (Par. 30),
1083 sem fazer uma menção sequer a situação dos países desenvolvidos e as
1084 conseqüências de suas políticas econômicas ou da ausência de coerência entre
1085 suas diversas políticas sobre o desenvolvimento sustentável.

1086 No plano global, o documento, na sua versão zero, se restringe a propor a
1087 criação, pelas Nações Unidas, de uma plataforma internacional de
1088 compartilhamento de conhecimento para facilitar a elaboração e a implementação
1089 da economia verde pelos países (Par. 33), que proporcione uma mistura de
1090 políticas e medidas adaptadas para necessidades e preferências de cada país,
1091 incluindo instrumentos regulatórios, econômicos e fiscais, investimento em
1092 infraestrutura verde, incentivos financeiros, reforma de subsídios, contratações
1093 públicas sustentáveis, divulgação de informações, e parcerias voluntárias, entre
1094 outros (Par. 32).

1095 Em nenhum momento traz para a governança, da economia verde, o
1096 princípio tão valorizado no contexto do desenvolvimento sustentável das
1097 'responsabilidades comuns, mas diferenciadas', omitindo-se assim, quanto ao
1098 essencial que é a posição a ser adotada pelos países desenvolvidos quanto às
1099 suas responsabilidades em relação à sustentabilidade e a equidade sócio-
1100 econômica e, mesmo sanitária, essenciais para um desenvolvimento global
1101 harmonioso.

1102 **Quadro institucional existente para o desenvolvimento sustentável**

1103 **Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU)⁴²**

1104 Como órgão máximo no sistema das Nações Unidas, a AGNU tem um
1105 papel central na configuração do quadro institucional para o desenvolvimento
1106 sustentável, pois pode traduzir para formas legais os conteúdos e resultados de
1107 encontros e conferências, como foi o caso, por exemplo, do estabelecimento da
1108 Comissão do Desenvolvimento Sustentável depois da Rio 92. Pode também iniciar
1109 processos de consultas e negociações de arranjos institucionais, com base nas
1110 recomendações de outros órgãos. Portanto, é de esperar que, mais uma vez, a
1111 AGNU poderá ter um papel importante também na implementação dos resultados
1112 da Rio +20.

1113 **Conselho Econômico e Social (ECOSOC)⁴³**

⁴² Ver: <http://www.un.org/en/ga/>

⁴³ Ver: <http://www.un.org/en/ecosoc/> . Estabelecido pela Carta das Nações Unidas de 1945, é um dos órgãos mais importantes da Organização, responsável pela direção e coordenação das

1114 O Documento Final da Cúpula Mundial de 2005 (Rio+5)⁴⁴ reconheceu a
1115 necessidade de um Conselho Económico e Social (ECOSOC) mais eficaz, como
1116 um corpo principal de revisão de políticas, coordenação, diálogo político e
1117 recomendações sobre questões de desenvolvimento económico e social, bem
1118 como para a implementação das metas internacionais de desenvolvimento
1119 aprovados nas principais cúpulas e conferências das Nações Unidas, incluindo os
1120 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Também identificou que o ECOSOC
1121 deveria desempenhar um papel chave na coordenação geral dos fundos,
1122 programas e agências, assegurando a coerência entre eles e evitando a
1123 duplicação de mandatos e atividades. Reformas posteriores introduziram a
1124 Revisão Ministerial Anual (AMR)⁴⁵ para avaliar o progresso na realização dos
1125 objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente e decorrentes das
1126 grandes conferências e cúpulas, além do Fórum de Cooperação para o
1127 Desenvolvimento⁴⁶, bianual, para analisar as tendências na cooperação
1128 internacional.

1129 O ECOSOC está numa posição privilegiada como uma ponte entre as
1130 capacidades normativas e operacionais das Nações Unidas. Tendo um papel
1131 central a desempenhar no asseguramento da coerência e coordenação na área de
1132 desenvolvimento, o ECOSOC deveria assegurar, por meio do seu ‘segmento de
1133 atividades operacionais’, que as agências, fundos e programas das Nações
1134 Unidas integrassem as principais decisões da Comissão do Desenvolvimento
1135 Sustentável de acordo com suas áreas de especialização e informassem sobre
1136 sua implementação. Além disso, o ‘segmento de coordenação’ da ECOSOC
1137 deveria dedicar mais tempo à coordenação da execução das decisões de
1138 desenvolvimento sustentável em todo o sistema das Nações Unidas. Igualmente,
1139 o segmento geral deveria ir além da aprovação dos relatórios dos vários órgãos
1140 subsidiários e iniciar discussões mais substantivas sobre a melhor forma de
1141 integrar o desenvolvimento sustentável no trabalho de todos os órgãos
1142 subsidiários do ECOSOC, reduzindo, deste modo, sobreposições e duplicações.

1143 **Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CSD)⁴⁷**

atividades sociais, culturais e humanitárias da ONU. É composto de 54 membros, eleitos para mandato de três anos pela Assembleia Geral das Nações Unidas: 14 da África, 11 da Ásia, 6 do Leste Europeu, 10 da América Latina e Caribe, e 13 da Europa e outras áreas. Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança são continuamente re-eleitos. A presidência muda anualmente, estando hoje em mãos da Eslováquia. Coordena as atividades de diversas Comissões Funcionais (Comissão do Desenvolvimento Sustentável, por exemplo) e Comissões Regionais (CEPAL, por exemplo) da ONU.

⁴⁴ Ver: <http://www.worldsummit2002.org/>

⁴⁵ Um exemplo foi o ECOSOC AMR de 2008, sobre ‘Desenvolvimento Sustentável’ (ver: <http://www.un.org/en/ecosoc/docs/pdfs/bahrain%20participants%20revised.pdf>) e o de 2009 sobre ‘Saúde Global’ (ver: http://www.un.org/en/ecosoc/julyhls/pdf09/ministerial_declaration-2009.pdf)

⁴⁶ Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento. Ver: <http://www.un.org/en/ecosoc/newfunct/develop.shtml>

⁴⁷ Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável. Ver: http://www.un.org/esa/dsd/csd/csd_aboucsd.shtml

1144 A Resolução 47/191, de 22/12/1992, da Assembléia Geral das Nações
1145 Unidas, criou a Comissão de alto nível sobre Desenvolvimento Sustentável, que
1146 foi confirmada na JPol. A Comissão foi encarregada, entre outras coisas, do
1147 acompanhamento dos progressos realizados na implementação da Agenda 21 e
1148 da revisão do progresso na implementação dos compromissos nela estabelecidos,
1149 incluindo os relacionados com a provisão de recursos financeiros e a transferência
1150 de tecnologias. Representantes de várias agências das Nações Unidas e outras
1151 organizações inter-governamentais, incluindo as instituições financeiras
1152 internacionais e bancos de desenvolvimento regional, são convocados a assistir e
1153 aconselhar a Comissão no desempenho de suas funções e participar ativamente
1154 em suas deliberações. O JPol prevê que o papel da Comissão deve incluir "revisar
1155 e monitorar o progresso na implementação da Agenda 21 e fomentar a coerência
1156 da implementação, iniciativas e parcerias".

1157 **Governança ambiental internacional**

1158 A proliferação de acordos ambientais multilaterais (AAM) e a fragmentação
1159 das instituições ambientais tem impulsionado os apelos para revisar e fortalecer o
1160 pilar ambiental do desenvolvimento sustentável. Um número de processos têm
1161 abordado o escopo e as opções para a reforma da governança ambiental
1162 internacional (IEG), incluindo o reforço da interface ciência-política com a
1163 participação dos países em desenvolvimento e a busca de sinergias e
1164 compatibilidades entre acordos ambientais multilaterais. Outra parte das
1165 discussões da IEG são questões relacionadas com o formato institucional que tal
1166 governança deverá adquirir.

1167 O Plano de Ação de Johannesburgo dedica o capítulo XI aos desafios
1168 relativos ao melhor desenho institucional para a adequada governança para o
1169 desenvolvimento sustentável. Sugere que devem ser tomadas medidas para
1170 fortalecer os arranjos institucionais relativos ao desenvolvimento sustentável em
1171 todos os níveis no âmbito da Agenda 21⁴⁸, que devem se basear nos avanços
1172 conquistados desde Rio 92, devendo resultar na concretização de alguns
1173 objetivos, tais como: a) fortalecimento dos compromissos em relação ao
1174 desenvolvimento sustentável; b) integração das dimensões econômicas, sociais e
1175 ambientais do desenvolvimento sustentável de maneira equilibrada; c) reforço da
1176 implementação da Agenda 21, inclusive por meio da mobilização de recursos
1177 financeiros e tecnológicos, bem como de programas de capacitação,
1178 especialmente para os países em desenvolvimento; d) fortalecimento da
1179 coerência, da coordenação e do monitoramento; e) promover o estado de direito e
1180 o fortalecimento das instituições governamentais; f) aumentar a eficácia e a
1181 eficiência por meio da limitação da superposição e duplicação das atividades dos
1182 organismos internacionais, pertencentes ou não ao sistema das Nações Unidas,
1183 baseando-se em seus mandatos e vantagens comparativas; g) aumentar a
1184 participação e o envolvimento efetivo da sociedade civil e de outros grupos de

⁴⁸ O Plano esclarece que as referências à Agenda 21 incluem a própria Agenda 21, o Programa para a Implementação da Agenda 21 e os resultados da Cúpula.

1185 interesse na implementação da Agenda 21, bem como promover a transparência e
1186 a ampla participação do público; h) fortalecer a capacitação para o
1187 desenvolvimento sustentável em todos os níveis, incluindo o nível local, em
1188 especial a dos países em desenvolvimento; i) fortalecer a cooperação
1189 internacional que visa reforçar a implementação da Agenda 21 e os resultados da
1190 Cúpula.

1191 Não é uma proposta de governança fácil de ser implementada, por ser
1192 abrangente e, necessariamente, intersetorial, em face de todas as razões políticas
1193 e técnicas conhecidas para um modelo deste tipo, inter-agencial no interior das
1194 Nações Unidas, devendo ainda incluir governos, arranjos regionais e,
1195 seguramente, a sociedade civil.

1196 Já a versão zero do documento, reconhece, pelo menos retoricamente, a
1197 necessidade crucial de uma forte governança em níveis locais, nacionais,
1198 regionais e global para dar prosseguimento ao desenvolvimento sustentável.
1199 Assim, defende que o fortalecimento e reforma da estrutura institucional deve,
1200 entre outras coisas (Par. 44), integrar os três pilares de desenvolvimento
1201 sustentável e promover a implementação da Agenda 21, monitorando o progresso
1202 em níveis locais, nacionais, regionais e global; oferecer orientação política coesiva
1203 e centrada nos governos para o desenvolvimento sustentável e identificar ações
1204 específicas de modo a cumprir a agenda de desenvolvimento sustentável através
1205 da promoção da tomada de decisões integrada em todos os níveis; e reforçar a
1206 coerência entre as agências⁴⁹, fundos e programas do sistema da ONU, incluindo
1207 Instituições Financeiras e Comerciais Internacionais.

1208 A estrutura proposta enfatiza o protagonismo da Assembléia Geral das
1209 Nações Unidas e do Conselho Econômico-Social (ECOSOC) e levanta as opções
1210 de manter a atual Comissão do Desenvolvimento Sustentável ou transformá-la no
1211 'Conselho' do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (par. 49).
1212 Também coloca as opções de manter o Programa das Nações Unidas para o
1213 Ambiente (UNEP/PNUMA)⁵⁰ ou transformá-lo em 'agência especializada' (Par. 51).

1214 Será importante conhecer a opinião dos negociadores do Governo
1215 Brasileiro a respeito e especular sobre as repercussões que uma ou outra opção
1216 trará para a ação inter-agencial no âmbito das Nações Unidas, particularmente no
1217 caso que nos interessa, com a OMS, assim como que implicações têm uma ou
1218 outra opção sobre a necessária 'coerência entre todas as políticas', sobretudo
1219 para o caso de alguns países desenvolvidos, cuja coerência é baixa quando se
1220 consideram suas políticas comerciais e industriais e as respectivas repercussões
1221 sobre o ambiente e a saúde, internamente e no plano global.

1222 Em conclusão, pelo teor do documento 'O futuro que queremos', a Rio+20
1223 estará tratando, como dito no começo desta secção, basicamente da 'governança
1224 global do ambiente', mas não obviamente da 'governança do desenvolvimento',

⁴⁹ N.do A.: Aqui deveria estar incluída necessariamente a OMS.

⁵⁰ Ver: <http://www.unep.org/>

1225 como se esperaria, o que, aparentemente, terá sua discussão transferida para os
1226 debates que se seguirão ao encerramento do ciclo da Cúpula do Milênio do ano
1227 2000 e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a partir de 2015.

1228 **Governança global da saúde**

1229 Entende-se por ‘governança global da saúde’ os arranjos institucionais
1230 existentes com vistas à condução dos assuntos internacionais e globais na área
1231 da saúde, entre eles o da saúde humana e ambiente. A instituição dominante no
1232 cenário da governança global da saúde é a Organização Mundial da Saúde⁵¹,
1233 agência especializada das Nações Unidas, criada em 1948.

1234 Neste momento, inclusive por uma forte influência do Brasil, a OMS passa
1235 por um processo de reforma estrutural e programática⁵², cuja última discussão
1236 ocorreu na sessão de Janeiro de 2012, do Conselho Executivo da OMS. Tal
1237 processo, a nosso ver, deverá necessariamente desembocar numa série de
1238 transformações institucionais, das prioridades políticas à estrutura e à governança,
1239 visando preparar a Organização para enfrentar os desafios cada vez mais
1240 complexos colocados para as Nações Unidas, seus Estados-membros e para
1241 outros atores no cenário global neste limiar de século XXI, no campo da saúde:
1242 desde antigos problemas ainda vigentes, passando por novas ameaças à saúde
1243 pública, inclusive as sociais, as ambientais e as sanitárias, e pela inadequação
1244 das estruturas e políticas existentes para enfrentá-las.

1245 Em síntese, a nosso ver, o norte geral da OMS para as próximas décadas,
1246 deverá ser orientado para dirigir a sua ação sobre os determinantes sociais da
1247 saúde, conforme estabelecido na Conferência Mundial Sobre os Determinantes
1248 Sociais da Saúde, e o incentivo ao desenvolvimento dos Sistemas Universais de
1249 Saúde, baseados em Alma Ata, vinculando-se organicamente aos compromissos
1250 do Desenvolvimento Sustentável emanados na Rio 92 e renovados na Rio+20.

1251 Com a clara intenção de que o processo de reforma seja orientado pelos
1252 Estados-membros e tenha um caráter integrador, espera-se que o mesmo seja
1253 capaz de: reorientar as atividades da Organização para enfrentar os desafios
1254 sócio-sanitários com que se defrontam os países e a sociedade global neste

⁵¹ Ver: www.who.int. Para documentos básicos, ver: http://apps.who.int/gb/bd/S/S_index.html - Seus principais órgãos deliberantes são: 1) Assembléia Mundial da Saúde (AMS) – Composta pela totalidade de seus Estados-membros (atualmente 191 países), reúne-se anualmente no mês de maio, em Genebra; 2) Conselho Executivo – Formado por 34 Estados-membros, eleitos pela AMS para mandato de três anos, garantindo-se a presença de representantes das seis Regionais que compõem a OMS (África, Américas, Europa, Mediterrâneo Oriental, Pacífico Ocidental e Sudeste da Ásia). Reúne-se duas vezes ao ano. Define a agenda da AMS. É dirigido por uma mesa de seis membros – um de cada Região – presidido de forma rotatória por um dos países de uma das Regiões. A OMS tem seu Secretariado sediado em Genebra, o qual é dirigido por um Diretor Geral eleito para um mandato de cinco anos. Atualmente, a DG da OMS é a Dra. Margaret Chan, da China, recém re-eleita para o mandato 2012-2017.

⁵² Toda a documentação referente ao processo de ‘reforma da OM’ em curso encontra-se em: <http://www.who.int/dg/reform/es/index.html>

1255 século XXI; reformar o financiamento e a gestão da OMS para afrontar tais
1256 desafios mais eficazmente; e transformar a governança para fortalecer a saúde
1257 mundial.

1258 Os Estados-membros e as ONGs em relações oficiais com a OMS serão
1259 convidados a apresentar suas propostas antes da Assembléia Mundial da Saúde
1260 (AMS) (Maio de 2012), particularmente nos componentes de 'prioridades e
1261 programas', pois nestas dimensões residem as principais críticas à OMS, de forma
1262 que a AMS possa reorientar políticas e planos de trabalho da Organização em
1263 função das reais necessidades dos países e da saúde global, assim como
1264 adequar sua governança às mesmas.

1265 O atual processo de reforma da OMS pode vir a ser um dos mais profundos
1266 e, sobretudo, participativos, como jamais ocorreu nos 60 anos de história da
1267 Organização, cabendo ser acompanhado com extrema atenção pelas
1268 repercussões que poderá ter no contexto da governança da saúde e ambiente no
1269 desenvolvimento sustentável, pelo menos no plano global.

1270 Para tanto, há que ser superado o modelo prevalente de abordagem da
1271 OMS frente à geração ou causas dos problemas de saúde e da frágil organização
1272 dos sistemas de saúde ao se tratar das opções políticas e das iniciativas a serem
1273 implementadas em sua reforma. Causas que, a rigor, são as mesmas que geram
1274 os graves problemas ambientais do mundo: o modo de produção e consumo
1275 excludente, gerador de iniquidades econômicas, sociais e sanitárias, e eco-
1276 agressivo, que orienta as economias do capitalismo global.

1277 Estas reformas, tendo em vista o valor da saúde no contexto do
1278 desenvolvimento sustentável, em contraponto ao modelo tradicional e pouco
1279 resolutivo da abordagem atual, devem buscar um modelo de governança que
1280 possibilite a plena participação em seus mecanismos decisórios e de consulta dos
1281 interesses das múltiplas representações da comunidade internacional. Também
1282 deve considerar temas globais essenciais que repercutem sobre a saúde, como os
1283 determinantes sociais da saúde, as iniquidades no acesso aos insumos de saúde,
1284 devido principalmente ao sistema vigente de propriedade intelectual, entre outros.

1285 Dando seqüência à tradição que vêm desde sua criação, em 1948, quando
1286 a situação sócio-sanitária a ser enfrentada era outra, hoje torna-se imperativa a
1287 visão de que o enfoque intersectorial defina as intervenções da OMS.

1288 Uma das críticas à OMS, que levou a desencadear o processo de reforma,
1289 tem sido a manutenção do seu foco de ação centrado prioritariamente no 'controle
1290 de doenças', com uma baixa coerência com a compreensão da saúde como
1291 fenômeno social que hoje depende da ação intersectorial sobre os determinantes
1292 sociais e ambientais da saúde. Para tanto, torna-se fundamental o
1293 estabelecimento de laços e ações efetivas com outros órgãos das Nações Unidas
1294 (inclusive os órgãos centrais da governança do desenvolvimento sustentável e do
1295 ambiente), assim como a definição de processos de trabalhos mais 'country-

1296 *oriented*, ao invés de aplicações ‘automáticas’ de programas definidos na
1297 administração central ou regional da Organização.

1298 A imagem objetivo é que a OMS atue na defesa da saúde frente às políticas
1299 comerciais nocivas praticadas por países mais desenvolvidos e com pleno
1300 respaldo de organismos como OMC ou OMPI. Outra crítica é a concessão que faz
1301 a OMS às doações ‘*earmarked*’⁵³, sejam elas oriundas de países tradicionalmente
1302 doadores, ou de entidades filantrópicas ou privadas, o que tende a distorcer as
1303 prioridades programáticas definidas pelos Estados-membros.

1304 **Governança da saúde ambiental na OMS**

1305 A estrutura no interior da Direção Geral da OMS, em Genebra, responsável
1306 pela área de saúde e ambiente, está localizada na Sub-Diretoria Geral de
1307 Seguridade Sanitária e Meio Ambiente (HSE), dividida nos seguintes
1308 Departamentos:

- 1309 • Inocuidade dos Alimentos, Zoonoses e Doenças Transmitidas por
1310 Alimentos (FOS)
- 1311 • Alerta e Resposta Mundial (GAR)
- 1312 • Programa Mundial da Gripe (GIP)
- 1313 • Coordenação do Regulamento Sanitário Internacional (IHR)
- 1314 • Iniciativa de Erradicação da Poliomielite (POL)
- 1315 • Saúde Pública e Meio Ambiente (PHE)⁵⁴

1316 O papel do Departamento de Saúde Pública e Ambiente da OMS é o de
1317 “promover um ambiente mais saudável, intensificar a prevenção primária e
1318 influenciar as políticas públicas em todos os setores para enfrentar as causas
1319 remotas das ameaças ambientais para a saúde.”

1320 O Departamento tem o mandato de: a) Avaliar e realizar a gestão dos riscos
1321 ambientais à saúde (como a contaminação atmosférica e do ar de interiores,
1322 produtos químicos, água insalubre, falta de saneamento ou presença de radiações
1323 ionizantes e não ionizantes, entre outros) e a formulação de normas e orientações
1324 baseadas em dados probatórios acerca dos principais perigos ambientais para a
1325 saúde; e b) Elaborar orientações e criar instrumentos e iniciativas para facilitar a
1326 formulação e aplicação de políticas de saúde em setores prioritários.

1327 O Departamento admite a importância de ações intersetoriais, ao identificar
1328 que para ‘abordar os determinantes meio-ambientais da saúde são necessárias
1329 ações urgentes do setor saúde, em colaboração com outros setores, como de
1330 energia, transportes, agricultura e indústria’, entre outros, e ‘se centra na

⁵³ ‘Earmarked’ significaria, em português, uma doação em dinheiro ‘carimbada’ para uma determinada finalidade ou projeto, ao gosto do doador, só podendo ser gasta naquela específica destinação.

⁵⁴ OMS. Departamento de Salud Pública y Medio Ambiente. Ver:
http://www.who.int/phe/about_us/es/

1331 formulação e promoção de políticas e intervenções preventivas eficazes baseadas
1332 em um melhor conhecimento científico dos determinantes ambientais da saúde
1333 humana’.

1334 Trata-se, na verdade, de um exíguo espaço institucional dedicado às
1335 complexas relações entre saúde e ambiente, mas com um portfólio temático
1336 amplo, incluindo:

- 1337 • Água, saneamento e saúde⁵⁵
- 1338 • Câmbio climático e saúde humana⁵⁶
- 1339 • Campos eletromagnéticos⁵⁷
- 1340 • Contaminação do ar de interiores⁵⁸
- 1341 • Contaminação atmosférica⁵⁹
- 1342 • Radiações ultravioleta, cósmica, ionizante e não ionizante⁶⁰
- 1343 • Saúde ambiental da infância⁶¹, incluindo a Aliança Ambientes Saudáveis
1344 para Crianças (HECA)
- 1345 • Saúde ambiental em emergências⁶²
- 1346 • WHO/UNEP Health and Environment Linkages Initiative (HELI)⁶³

1347 Saúde ocupacional, segurança química, acidentes radiológicos, resíduos de
1348 serviços de saúde, saúde e ecossistemas, doenças por contaminação alimentar,
1349 agrotóxicos e saúde humana, e muitos outros temas conexos são tratados em
1350 espaços externos ao Departamento, no interior da OMS, ou por meio de conexões
1351 com agências especializadas das Nações Unidas ou Governos e Centros que
1352 compartilham a gestão de tais problemas com a OMS.

1353 Verifica-se, portanto, que há uma multiplicidade de programas, ações e
1354 iniciativas referentes à ‘saúde e ambiente’, hoje vigente na OMS, o que pode
1355 conduzir a uma fragmentação excessiva, com possível redução da eficiência e
1356 efetividade da Organização nesta área crítica do desenvolvimento. Por outro lado,
1357 o quadro de pessoal do Departamento parece exíguo, no nível central, para a
1358 abrangência de seus propósitos e objetivos, embora seja significativo quando se
1359 computam os especialistas no tema lotados nos Escritórios Regionais e nos
1360 Escritórios de países.

1361 Ademais, identificam-se também 31 Centros Colaboradores da OMS
1362 relacionados com ambiente e saúde⁶⁴, incluindo temas como cidades saudáveis,

⁵⁵ Ver: http://www.who.int/water_sanitation_health/es/

⁵⁶ Ver: <http://www.who.int/globalchange/es/>

⁵⁷ Ver: <http://www.who.int/peh-emf/es/>

⁵⁸ Ver: <http://www.who.int/indoorair/en/>

⁵⁹ Ver: http://www.who.int/phe/health_topics/outdoorair/es/index.html

⁶⁰ Ver: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs305/es/index.html>

⁶¹ Ver: <http://www.who.int/heca/en/>

⁶² Ver: http://www.who.int/environmental_health_emergencies/en/

⁶³ Ver: <http://www.who.int/heli/en/>

⁶⁴ Centros Colaboradores em Saúde e Ambiente da OMS. Ver: <http://www.who.int/phe/phecollcentres/en/index.html>

1363 habitações saudáveis, poluição aérea, água e saneamento, saúde ocupacional,
1364 epidemiologia ambiental, avaliação de risco e impacto ambiental sobre a saúde e
1365 radiações, entre outras. No Brasil, a FIOCRUZ e a FUNDACENTRO são dois
1366 exemplos de Centros Colaboradores em Saúde e Ambiente da OMS/OPS⁶⁵. A
1367 estratégia ‘centros colaboradores’ é uma iniciativa importante em sua formulação,
1368 mas é preciso avaliar a articulação – coordenação – integração entre eles, para
1369 otimizar sua produção, evitar que atuem de forma fragmentada, garantindo uma
1370 institucionalização capaz de dar efetividade à sua produção de pesquisa e ensino
1371 ou de cooperação técnica com os países.

1372 Nos últimos 10 anos, as diversas Assembléias Mundiais da Saúde anuais
1373 aprovaram inúmeras resoluções com maior ou menor amplitude temática, das
1374 quais destacamos cinco que tem expressivas chamadas para a questão da saúde
1375 e ambiente: WHA61.19 Câmbio climático e saúde; WHA59.15 Enfoque estratégico
1376 da gestão dos produtos químicos a nível internacional; WHA58.1 Regulamento
1377 Sanitário Internacional; WHA58.1 Ação sanitária em relação com as crises e os
1378 desastres; WHA57.10 Segurança no trânsito e saúde. Por este espectro de
1379 objetos das resoluções pode-se inferir a reduzida amplitude conceitual que a AMS
1380 confere ao tema do ambiente e da saúde.

1381 **Saúde na Rio+20 na OMS**

1382 Na reunião do Conselho Executivo da OMS (Janeiro de 2012), o tema
1383 ‘Saúde na Rio+20’ entrou em discussão, tendo o Conselho Executivo⁶⁶ proposto
1384 um processo visando gerar orientações e posicionamentos a serem levados à
1385 Assembléia Mundial de Saúde (Maio de 2012), quando se espera que seja
1386 aprovado um documento de posição sobre ‘Saúde e ambiente no desenvolvimento
1387 sustentável’, a ser apresentado ao evento de Junho de 2012, no Rio de Janeiro.

1388 O mencionado documento enfatiza as relações entre saúde e
1389 desenvolvimento sustentável, invocando os conteúdos da Declaração do Rio
1390 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) e do Plano de Aplicação das
1391 Decisões de Joanesburgo (2002), analisa o contexto atual e destaca que a saúde
1392 no desenvolvimento sustentável se expressa por meio de propostas como a
1393 cobertura universal de saúde, de suas relações com a economia verde e como
1394 resultado de todas as políticas, servindo os indicadores de saúde alcançados
1395 como avaliação do grau de sucesso do desenvolvimento sustentável.

1396 O Conselho Executivo propôs, ademais, que sejam envidados esforços
1397 para que o tema da saúde, até agora ausente da versão zero do documento da
1398 Conferência, passe a integrá-lo, bem como, por ocasião da Rio+20, se realize um
1399 side event com o tema saúde e sustentabilidade, que tome o documento a ser

⁶⁵ Para uma relação completa de Centros Colaboradores da OMS/OPS no Brasil, ver a publicação: OPS/OMS. *Rede de dos Centros Colaboradores da OPAS/OMS no Brasil*, acessível em: http://new.paho.org/bra/index.php?option=com_content&task=view&id=1715&Itemid=763

⁶⁶ WHO/EB130. Doc. EB130/36. *Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible (Rio+2)*. Acessível em: http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB130/B130_36-sp.pdf

1400 aprovado na AMS como base. O Secretariado da OMS está orientado pelo
1401 Conselho a facilitar todo o processo até a AMS e a Rio+20.

1402 **Conexões entre as estruturas de governança ambiental e da saúde**

1403 Embora tenham sido alcançados progressos sócio-sanitários e ambientais
1404 desde a Rio+20, há consenso que ainda não se alcançou um modelo de
1405 desenvolvimento que permita avançar simultaneamente nas dimensões social,
1406 econômica e ambiental do desenvolvimento. A necessidade de transitar a um novo
1407 modelo de desenvolvimento, que coloque a equidade no centro de suas ações e
1408 que seja capaz de avançar simultaneamente com o desenvolvimento social, o
1409 crescimento da economia e a sustentabilidade ambiental coloca o mundo, suas
1410 regiões e cada um dos países frente a um imperativo de mudanças.

1411 Também há consenso que as governanças global e nacionais são
1412 elementos importantes na consecução de modelos de desenvolvimento
1413 sustentáveis democráticos, equitativos, incluídos e integradores dos vários
1414 segmentos dos governos e da sociedade.

1415 O Programa 21 fazia um chamado à adoção de 'estratégias nacionais de
1416 desenvolvimento sustentável' (ENDS). Por ocasião da Cúpula de Johannesburgo
1417 de 2002, ficou estabelecido o ano de 2005 como prazo para a implementação de
1418 ENDS. Contudo, até há pouco tempo, eram escassas as iniciativas que poderiam
1419 ser consideradas como ENDS, isto é, desde 1992 têm sido escassos os exercícios
1420 de planejamento para o desenvolvimento sustentável.

1421 Entretanto, a profunda crise econômico-financeira mundial passa a exigir
1422 políticas e práticas opostas à vaga neoliberal dos anos 90, incluindo o
1423 reconhecimento do papel fundamental do Estado no fomento ao desenvolvimento
1424 por meio de políticas de médio e longo prazo e seu papel indelegável na
1425 promoção da equidade. No caso particular da ALC esse papel é retomado com
1426 governos democráticos, de corte popular e mais comprometidos com o social,
1427 apesar de todas as contradições e dificuldades na implementação de tal modelo e
1428 políticas.

1429 Neste contexto ocorre o fortalecimento do planejamento como instrumento
1430 para políticas de desenvolvimento territorial incluídos, centradas na equidade,
1431 que implicam na construção de visões de país formuladas mediante a interação
1432 entre distintos atores sociais e respaldadas por mecanismos que assegurem sua
1433 permanência como política de Estado e não apenas de governos (ILPES, 2011
1434 apud CEPAL, 2011⁶⁷). Segundo informe conjunto da CEPAL e OCDE⁶⁸ para poder

⁶⁷ CEPAL y otros (2011). *Rio+20 – La sostenibilidad del desarrollo a 20 años de la Cumbre para la Tierra: Avances, brechas y lineamientos estratégicos para América Latina y el Caribe*. Accesible em:

http://www.eclac.org/rio20/noticias/paginas/5/43755/REV.Rio+20-La_sostenibilidad_del_desarrollo.PDF

⁶⁸ CEPAL/OCDE (2011). *Perspectivas económicas de América Latina 2012*. Ver: <http://www.eclac.cl/cgi->

1435 avançar a sociedades mais eqüitativas e includentes, não basta restringir-se às
1436 políticas sociais praticadas nos últimos anos.

1437 Até mesmo autoridades do Banco Mundial⁶⁹ – instituição historicamente
1438 prescritiva de políticas recessivas – tem insistido que é preciso proteger os ganhos
1439 sociais dos últimos 10 anos na ALC com políticas anticíclicas e medidas pró-
1440 crescimento, ampliando investimentos em infra-estrutura, alocando recursos para
1441 a população mais vulnerável, promovendo a inovação e melhorando a qualidade
1442 da educação e da saúde, no contexto de políticas de proteção social eqüitativas
1443 includentes.

1444 Além da renovada percepção da necessidade do planejamento, para o caso
1445 específico da América Latina e Caribe (ALC), esta – incluindo o Brasil – se
1446 encontra em um bom momento do ponto de vista econômico para desenvolver e
1447 implementar tais políticas e fazê-lo integrando os três pilares do desenvolvimento
1448 sustentável. De fato, em meio às incertezas e volatilidade mundial, a ALC
1449 conseguirá crescer em média cerca de 3,7% em 2012, segundo a CEPAL⁷⁰,
1450 enquanto a pobreza e a indigência encontram-se em seus níveis mais baixos em
1451 20 anos na região⁷¹.

1452 No seu documento multi-agencial, referente ao desenvolvimento
1453 sustentável na ALC, a CEPAL elenca um conjunto de diretrizes políticas
1454 intersetoriais a serem materializadas em ações nos planos nacionais e globais:

- 1455 • Universalizar a proteção social (proteção no desemprego, acesso universal
1456 a sistemas de saúde, proteção da maternidade, da infância e da velhice) e
1457 melhorar o acesso à educação, água, saneamento, habitação e outros
1458 componentes do desenvolvimento urbano;
- 1459 • Superar a desigualdade e a pobreza mediante a promoção do emprego
1460 produtivo e digno, aproveitando as oportunidades que se apresentam com a
1461 transformação à uma economia verde.
- 1462 • Dotar a estrutura econômica de capacidade de adaptação aos novos
1463 processos produtivos que, em medida crescente, exigirão economias que

[bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/44904/P44904.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl](http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/44904/P44904.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl)

⁶⁹ Tuluy, H. (Vice-presidente do Banco Mundial para ALC). À espera do melhor. *O Globo*, 20/12/2012

⁷⁰ CEPAL (2011). *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2011*.

Acessível em: [http://www.eclac.cl/cgi-](http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/8/45478/P45478.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&ase=/tpl/top-bottom.xsl)

[bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/8/45478/P45478.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&ase=/tpl/top-bottom.xsl](http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/8/45478/P45478.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&ase=/tpl/top-bottom.xsl)

⁷¹ CEPAL (2011). *Panorama Social da América Latina e Caribe 2011*. Acessível em:

[http://www.eclac.cl/cgi-](http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/8/45168/P45168.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&ase=/tpl/top-bottom.xsl)

[bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/8/45168/P45168.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&ase=/tpl/top-bottom.xsl](http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/8/45168/P45168.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&ase=/tpl/top-bottom.xsl)

1464 fortaleçam a resiliência dos ecossistemas para que possam seguir
1465 prestando os serviços ambientais às comunidades.

1466 • Estimular a investigação e a inovação em tecnologias limpas.

1467 A formulação de tais políticas supera, em ampla medida, os acordos
1468 internacionais e as metas nacionais referentes aos Objetivos de Desenvolvimento
1469 do Milênio. Tomados como patamar mínimo, estes precisam ser revisados,
1470 alargando-se para incorporar estas novas dimensões.

1471 A ação intersetorial nos governos e na sociedade são imprescindíveis, com
1472 todos os desafios que lhe são inerentes. A formulação e implementação conjunta
1473 de políticas públicas coerentes, com participação social, capazes de promover o
1474 desenvolvimento e o crescimento econômicos, compromissados com o bem-estar
1475 social e sustentabilidade ambiental, requer também novas institucionalidades.

1476 Elas devem ser menos fragmentadas, mais planejadas, subordinadas a
1477 autoridades coordenadoras globais, nacionais e locais, e devem mobilizar a
1478 sociedade civil e o próprio setor privado (este por meio da responsabilidade social
1479 e da regulação sócio-sanitária-ambiental).

1480 O debate sobre a governança da saúde ambiental na América Latina,
1481 buscando enfrentar esses desafios, tem destacado os direitos humanos e a justiça
1482 ambiental como pilares éticos e valores para justificar a importância da
1483 governança em saúde ambiental, complementando com as bases dos conceitos
1484 de bens públicos globais e segurança humana. Neste debate reconhece-se as
1485 dificuldades para estabelecer os vínculos entre as governanças ambiental e
1486 sanitária. Contudo, partindo do conceito amplo de governança, apontam as
1487 reformas em saúde, as reuniões de ministros da saúde da região das Américas
1488 sobre temas ambientais e a ação dos movimentos sociais envolvidos com os
1489 temas da saúde e ambiente, como parte significativa do complexo processo de
1490 governança em saúde ambiental na região⁷².

1491 Há que se considerar a governança das conexões saúde e ambiente no
1492 desenvolvimento sustentável também na esfera territorial local (municipal, no caso
1493 brasileiro). É evidente, contudo, que a governança local deve guardar coerência
1494 com a governança nacional e sub-nacional (Estados), tanto no que se refere às
1495 políticas, quanto com respeito à estrutura institucional.

⁷² Para uma aprofundada discussão sobre a governança da e para a saúde e ambiente na ALC, não abordada especificamente neste documento, recomendamos a leitura do texto indicado à seguir, que faz parte dos documentos básicos oferecidos na discussão sobre Saúde na Rio+20 organizada pelo Ministério da Saúde no Brasil: Galvão, LAC; Finkelman, J & Henao, S. Governança da saúde ambiental na América Latina. *In*: Galvão, Finkelman & Henao. (2011). *Determinantes ambientais e sociais da saúde*. Rio de Janeiro: OPS e Editora Fiocruz, pp. 33-65. No mesmo texto, recomenda-se atenta leitura do segmento sobre a governança da saúde ambiental no Brasil, preparado por Guilherme Franco Netto.

1496 A Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde do Brasil
1497 (CNDSS)⁷³, ao analisar as ‘causas das causas’ dos problemas de saúde nacionais
1498 reconhecia os vínculos entre a saúde e as iniquidades sócio-sanitárias e
1499 ambientais. Existem evidências robustas que as causas das iniquidades sócio-
1500 sanitárias e aquelas geradoras do desenvolvimento ‘insustentável’ – o modelo de
1501 produção e consumo excludente e eco-agressivo – são as mesmas e podem e
1502 precisam ser tratadas simultaneamente.

1503 Endossando a Declaração da Conferência Mundial sobre Determinantes
1504 Sociais da Saúde, realizada no Rio de Janeiro, em Outubro de 2011, o Comitê
1505 Executivo da OMS, de Janeiro de 2012, emitiu a Resolução EB130.R11, na qual
1506 os Estados-membros da Organização reconhecem que para reduzir as iniquidades
1507 sanitárias é preciso atuar sobre os determinantes sociais da saúde por meio das
1508 três recomendações gerais da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde,
1509 a saber: melhorar as condições de vida; lutar contra a distribuição inequitativa do
1510 poder, do dinheiro e dos recursos; e medir a magnitude do problema, analisá-lo e
1511 avaliar os efeitos das intervenções.

1512 Reconhece, ademais, que a equidade em saúde é um objetivo e uma
1513 responsabilidade compartilhada e que exige o compromisso de todos os setores
1514 de governo, todos os segmentos da sociedade e todos os membros da
1515 comunidade internacional em ações mundiais animadas pelo princípio de ‘todos
1516 pela equidade’ e ‘saúde para todos’, ou seja, objeto da ação intersetorial de
1517 governos e da sociedade civil.

1518 No Brasil, ao recomendar a estrutura de governança para o enfrentamento
1519 dos determinantes sociais da saúde, a CNDSS propôs a constituição de um
1520 Conselho Inter-ministerial na Casa Civil da Presidência da República e uma
1521 Secretaria Técnica no Ministério da Saúde, estruturas que rebateriam nas esferas
1522 estaduais e municipais. Nestes ‘espaços inter-setoriais’ deveriam ser formuladas
1523 conjuntamente políticas sociais, econômicas e ambientais e práticas de governo
1524 coerentes e articuladas entre si, de forma a produzir efeitos positivos sobre todas
1525 as dimensões hoje identificadas como os três pilares do desenvolvimento
1526 sustentável: econômico, social e ambiental.

1527 Neste sentido, a Conferência Nacional de Saúde Ambiental propôs um
1528 conjunto de diretrizes que apontam para a elaboração de um Plano Nacional de
1529 Saúde Ambiental, no qual se identificariam políticas, programas e projetos com o
1530 objetivo de integrar diversos setores governamentais e da sociedade.

1531 Ao referir-se às políticas, identificam-se políticas existentes que são
1532 favoráveis ao desenvolvimento sócio-sanitário-ambiental e outras que são nocivas.
1533 Identifica-se ainda a inexistência de certas políticas ‘necessárias’ para tal
1534 desenvolvimento positivo. É sobre estes três blocos de políticas que os espaços
1535 inter-setoriais deveriam atuar coordenadamente.

⁷³ Ver seu histórico, processo e Declaração Final em: www.cmdss2011.org

1536 Especula-se assim, sobre a oportunidade de serem elaborados planos
1537 compartilhados de desenvolvimento sustentável, ambiente e saúde, nas esferas
1538 federal, estadual e municipal, nesta última instância, reconhecendo-se como
1539 fundamentais as estratégias da atenção primária em saúde⁷⁴ (Saúde da família, no
1540 caso do Brasil) e da atenção primária ambiental⁷⁵.

1541 Se facilmente se podem reconhecer as 'fortalezas' desta proposta, suas
1542 'debilidades' também são evidentes. Não se trata de ausência de conhecimento
1543 técnico para a intervenção; estes são conhecidos e testados em escalas diversas.
1544 A questão central é 'política', na medida em que, como se verifica no Brasil, em
1545 casos de governos de coalisão, com grande frequência os interesses partidários e
1546 particulares dos distintos segmentos de governo se opõem às necessidades de
1547 ação intersetorial integrada dos mesmos. A falta de transparência e de
1548 'accountability' das políticas de governo é outro empecilho importante. E,
1549 finalmente, os diferentes pontos de vista das burocracias técnicas que, muitas
1550 vezes, colidem quanto aos resultados a serem alcançados, métodos e processos
1551 de avaliação.

1552 **Regulação e vigilância na governança em saúde**

1553 A compreensão do território, em sua relação local-global e não restrito aos
1554 seus limites definidos pela geografia física, mas pelos processos sociais e
1555 ambientais que nele transcorrem, é essencial à governança para a saúde e do
1556 setor saúde, pela construção de espaços coletivos que atendam aos interesses
1557 das populações.

1558 A promoção da saúde se realiza por meio da ação política, na sua relação
1559 com o fazer de diversos setores, na regulação sanitária de produtos e serviços e
1560 na intervenção da vigilância sobre os determinantes sanitários ambientais e do
1561 trabalho e na organização da atenção à saúde.

1562 Isso requer uma capacidade sanitária voltada para regulação e intervenção
1563 dimensionada em relação aos riscos, vulnerabilidades e inequidades
1564 populacionais. Nesse sentido, constituir um processo de governança com
1565 musculatura institucional para suporte ao enfrentamento dos determinantes e
1566 problemas de saúde relacionados com o ambiente.

1567 A ação institucional em saúde desenvolvida por componentes da Saúde
1568 Ambiental e da Vigilância Sanitária no âmbito da Vigilância em Saúde e da
1569 Atenção Primária, deve ser pensada a partir de situações locais onde as reflexões
1570 a respeito do território podem ser identificadas para atuação intersetorial,
1571 interdisciplinar, e de avaliação e acompanhamento sistemático dos impactos à
1572 saúde decorrentes do cotidiano dos territórios.

⁷⁴ OMS (2008). *La atención primaria en salud: Más necesaria que nunca. Informe de la salud en el mundo 2008*. Ver: http://www.who.int/whr/2008/08_overview_es.pdf

⁷⁵ OPAS (1999). *Atención primaria ambiental*. Ver: <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/apa.pdf>

1573 Mudanças climáticas, o impacto na biodiversidade, o uso de recursos
1574 naturais, as formas de organização urbana, os mega projetos, a produção e
1575 consumo de energia, de produtos e insumos, inclusive de alimentos,
1576 medicamentos, entre outros produtos de interesse direto da saúde e da vigilância
1577 sanitária, como os agrotóxicos, são questões de distintas escalas relacionadas às
1578 formas com as quais os territórios são impactados. Devem ser objeto de regulação
1579 e controle pela vigilância sanitária, vigilância em saúde ambiental e vigilância em
1580 saúde do trabalhador, incluindo a atenção primária.

1581 A organização de um aparato de gestão democrática participativa em saúde
1582 ambiental é uma característica de potencialidade dos sistemas de saúde,
1583 constituída a partir das problemáticas ambientais relacionadas com a saúde e de
1584 sua operação nos âmbitos locais, regionais e nacionais.

1585 Esta dimensão expressiva da governança da conexão saúde humana –
1586 ambiente, a ‘vigilância sanitária e ambiental’ e a ‘regulação em saúde’, são
1587 exercidas, no modelo SUS, pela SVS/MS e ANVISA no plano nacional e pelas
1588 respectivas estruturas estaduais e municipais. Pela sua capacidade de
1589 ‘normatização’ e ‘imposição legal’, sempre que ganhar legitimidade social é um
1590 instrumento poderoso de promoção da saúde humana e ambiental, e deve
1591 merecer especial atenção na governança das relações entre saúde e ambiente.

1592 Nesse sentido, uma estratégia a ser explorada é a atuação conjunta dos
1593 órgãos reguladores nos campos da saúde e ambiente (a exemplo da ANVISA e do
1594 IBAMA, respectivamente), nas três esferas do poder federativo do Brasil,
1595 assegurando possíveis efeitos sinérgicos de expressiva repercussão sobre a
1596 saúde humana e o ambiente.

1597 Outra ação importante para melhoria da regulação na área sanitária foi a
1598 implantação, pela ANVISA, do Programa de Boas Práticas Regulatórias, que
1599 aconteceu a partir de 2009. Este programa está em curso e busca a melhoria da
1600 coordenação, da qualidade e da efetividade da regulamentação, através de
1601 capacitação dos profissionais na atuação regulatória, da publicação de uma
1602 Agenda Regulatória, com os temas que serão regulamentados no decorrer dos
1603 próximos anos e do fortalecimento da participação e controle social na regulação,
1604 ampliando o acesso e informação às Consultas e Audiências Públicas.

1605 **Participação e controle social na governança do desenvolvimento, ambiente** 1606 **e saúde**

1607 Uma fortaleza reconhecida em modelos de governança bem sucedidos nos
1608 processos de desenvolvimento é a participação – controle social. Exemplo bem
1609 sucedido na governança setorial da saúde é o modelo SUS, com a existência dos
1610 Conselhos de Saúde em todas as esferas de governo. Apesar de sua reconhecida
1611 potencia nas questões setoriais da saúde, há que se reconhecer a ausência do
1612 debate sobre desenvolvimento sustentável, determinantes sociais e também
1613 ambientais nas agendas políticas e técnicas dos Conselhos de Saúde. Por

1614 conseqüência, também são frágeis suas articulações potencialmente muito efetiva
1615 com outros conselhos setoriais pertinentes.

1616 Por outro lado, o controle social não é tão evidente em outros setores
1617 críticos para o desenvolvimento, ou seja, verifica-se uma fragilidade expressiva na
1618 inexistência ou inoperância dos Conselhos destinados ao controle social tanto dos
1619 processos de desenvolvimento quanto, aparentemente, do ambiente.

1620 A própria fragmentação do controle social, espalhado em inúmeros
1621 conselhos setoriais e específicos (infância, mulher, juventude, portadores de
1622 deficientes, ambiente, entre outros), cria contradições e fissuras no movimento
1623 social, nocivas ao controle social de políticas integradas de governo nos campos
1624 social, econômico e sanitário do desenvolvimento sustentável.

1625 Uma estratégia a ser explorada para mitigar esta reconhecida fragmentação
1626 e conseqüente ineficácia seria a construção de um processo político e técnico
1627 permanente entre os Conselhos de Desenvolvimento, Saúde e Meio Ambiente,
1628 para harmonizar agendas e buscar sinergias na sua função de controle social. O
1629 desenvolvimento compartilhado de conceitos, políticas e instrumentos de
1630 planejamento, acompanhamento e avaliação representaria extraordinária
1631 aproximação a uma integração mais completa dos diversos setores no futuro da
1632 governança multisetorial.

1633

1634

1635 **IV- Desafios da agenda da Sustentabilidade e Saúde**

1636 A Rio+20 é um momento privilegiado para explicitação da disputa entre
1637 projetos alternativos de sociedade, defendidos por atores ideologicamente
1638 distintos, e em muitos casos, radicalmente antagônicos. A forma como o modo de
1639 produção capitalista se reproduziu a partir da revolução industrial e especialmente
1640 em sua fase neocolonial, além dos problemas já apontados, que ameaçam a
1641 sobrevivência do planeta, passou a ameaçar a própria possibilidade de sua
1642 reprodução, tanto pelo consumo dos serviços ecossistêmicos, quanto pela perda
1643 de legitimidade social do sistema.

1644 Este estado disnômico é semelhante ao que ocorreu no período inicial da
1645 revolução industrial, quando as péssimas condições laborais da classe operária
1646 passaram a dizimar sua força de trabalho. A resposta naquele momento foi a
1647 ampliação dos direitos trabalhistas e sociais nos países hoje ditos desenvolvidos,
1648 seguida pela progressiva descentralização dos processos produtivos mais
1649 penosos e/ou degradadores do meio ambiente para colônias, países pobres e em
1650 desenvolvimento, onde a capacidade de organização dos trabalhadores era
1651 menor, assim como os custos de produção.

1652 Ainda que atualizando o modo de produção capitalista, este momento abriu
1653 a possibilidade de construção dos estados de Bem-estar Social e a ampliação dos

1654 direitos políticos, rompendo com a perspectiva liberal então dominante do Estado
1655 mínimo, permitindo a regulação do mercado por meio de políticas públicas. Isso
1656 não foi suficiente, entretanto, para reverter o quadro de assimetria e dominação
1657 social, cuja legitimidade se deslocou da esfera da interação para a da técnica.

1658 Este enfrentamento entre projetos é inerente à história da humanidade e,
1659 em estados disnômicos do sistema, demandam respostas para um novo equilíbrio
1660 que pode se dar tanto pela atualização do projeto do capital quanto por iniciativas
1661 mais emancipatórias e solidárias. Como dito anteriormente, este é o centro da
1662 disputa que terá na Rio+20 um momento privilegiado. Nesse espaço são
1663 necessárias proposições mais afirmativas dos atores que defendem uma
1664 sociedade equânime, mais autônoma e com sustentabilidade sócio-ambiental,
1665 pactuando estratégias de mudança e priorizando temas estruturantes que tenham
1666 sido identificados coletivamente.

1667 Neste sentido é necessário articular a agenda da saúde - que é parte
1668 importante da agenda de desenvolvimento do milênio, diretamente vinculada ao
1669 pilar social do desenvolvimento sustentável - à agenda de sustentabilidade, que
1670 além deste, fortalece os pilares ambiental e econômico.

1671 Na década de 2000 a agenda dos organismos internacionais retomou a
1672 agenda social, gerando um 'ciclo social' representado por diversas conferências
1673 da ONU, entre elas a Conferência de Direitos Humanos (1993), a Conferência
1674 Mundial sobre Mulheres (1995), a Conferência Internacional sobre o
1675 Financiamento ao Desenvolvimento (2002), a Conferência de Durban (2002) e,
1676 mais recentemente, a Conferência Mundial de Determinantes Sociais da Saúde
1677 (2011).

1678 Essa agenda permitiu que a saúde tivesse papel proeminente, o que se
1679 refletiu na definição dos ODM. Dos oito objetivos, três são especificamente da
1680 área da saúde, e os outros cinco diretamente relacionados a ela.

1681 Paralelamente, tendo como marco o Relatório Bruntland, de 1987, o
1682 desenvolvimento sustentável ganhou destaque na agenda internacional como
1683 estratégia para atender as necessidades das presentes e futuras gerações
1684 ameaçadas pelos efeitos do modo de produção e consumo hegemônicos.

1685 A ascensão desse tema se deu em um cenário no qual a busca de lucros e
1686 acúmulo de capital agravava e acelerava o desequilíbrio ecológico, estimulando o
1687 consumo excessivo, gerando desperdício e produção de artigos desnecessários à
1688 qualidade de vida e inacessíveis à maioria da população e ampliando as
1689 desigualdades sociais.

1690 Os efeitos desse modelo de desenvolvimento refletiram-se no aquecimento
1691 global, no buraco na camada de ozônio, na poluição e na diminuição da
1692 quantidade de água potável, na desertificação, na contaminação do solo, na
1693 poluição do ar, na escassez de recursos naturais, na extinção de espécies, na

1694 perda da biodiversidade, entre outros, o que apontava para a insustentabilidade
1695 deste modelo, ameaçando a vida no planeta.

1696 Buscando responder a esse quadro, houve um conjunto de iniciativas da
1697 ONU, como a Eco 92 - Cúpula da Terra, World Summit for Social Development
1698 Copenhagen (1995), Johannesburg - Rio+10 (2002), a 1ª Conferência Nacional
1699 de Saúde Ambiental (2009) e as diversas COP – Painel de Alto Nível da ONU para
1700 as Mudanças Climáticas, Diversidade Biológica e Combate à Desertificação.

1701 Esse processo consolidou a importância da agenda da sustentabilidade
1702 para a sobrevivência do planeta, o que hoje a coloca como agenda prioritária do
1703 ponto de vista global. Isso representa uma oportunidade para a saúde se inserir
1704 em uma agenda intersetorial capaz de impulsionar o enfrentamento dos
1705 determinantes sociais da saúde, o que dialoga estreitamente com o
1706 desenvolvimento sustentável, reforçando o seu pilar social.

1707 Para além disso, é necessário atualizar a agenda dos ODM, agenda
1708 incompleta que representa o ciclo social, e articulá-la à proposição dos Objetivos
1709 de Desenvolvimento Sustentável (ODS), inserindo-se assim no ciclo da
1710 sustentabilidade, sendo um dos seus três pilares. A Cúpula do Milênio prevista
1711 para 2015 poderá ser o momento de confluência dos dois ciclos, adjetivando a
1712 Agenda do Desenvolvimento como Sustentável, e permitindo, a partir da avaliação
1713 de ODM e ODS, sua implementação. Essa perspectiva é afirmada no parágrafo
1714 108 da versão zero: “Nós consideramos que as Metas de Desenvolvimento
1715 Sustentável deve complementar e fortalecer MDGs na agenda de
1716 desenvolvimento para o período pós-2015, com o objetivo de estabelecer um
1717 conjunto de metas em 2015 que sejam parte da Agenda de Desenvolvimento da
1718 ONU pós-2015.”

1719 A agenda dos determinantes sociais da saúde, reafirmada recentemente na
1720 Conferência Mundial de Determinantes Sociais da Saúde, 2011, é a que permite
1721 um diálogo direto e imediato com a agenda da sustentabilidade, convergindo para
1722 a Rio+20 onde se espera que haja a reafirmação de princípios e a definição de
1723 estratégias concretas para a sua implementação.

1724 Nesse contexto, um dos desafios mais importantes para a Rio+20 é a
1725 utilização das tecnologias, especialmente as de ponta, como alternativa para
1726 sanar os problemas ambientais e resolver, conseqüentemente, as questões
1727 sociais, principalmente em relação à fome e à distribuição de alimentos.

1728 Assim como na Revolução Industrial, todos os problemas sociais parecem
1729 exigir não políticas, mas sim soluções tecnológicas. Por exemplo, a fome poderia
1730 ser saciada com a biotecnologia, a geoengenharia seria a solução para o
1731 aquecimento global e a biologia sintética para a substituição do petróleo e a
1732 transformação da biomassa.

1733 Novamente se desloca para o campo da técnica e da ciência a legitimação
1734 do modo de produção, retirando-a do campo da política. A questão tecnológica e a

1735 forma de organização social correspondente retornam ao centro da definição do
1736 modelo e das possibilidades futuras.

1737 O quadro a seguir identifica as principais linhas tecnológicas que têm
1738 impacto sobre a implementação da economia verde e questões colocadas na
1739 agenda presente e futura da sobrevivência da humanidade, tais como: segurança
1740 alimentar e nutricional, matriz energética, aquecimento global, desertificação,
1741 combate a doenças e agravos da saúde, entre outros.

1742 **Quadro 2 - Tecnologias e impactos ambientais**

Tecnologia da Informação: Contrastando com os poucos e pesados celulares existentes em 1992, atualmente seu uso é quase onipresente; quase metade dos africanos possuem um celular; e mais de 800 milhões de pessoas participam da maior rede social da internet.

Biotecnologia: Foram inventadas safras resistentes a herbicidas; sementes tipo 'terminator', que morrem durante a colheita, forçando agricultores a comprar sementes a cada safra; sementes tipo 'zumbi', que só se regeneram com substâncias químicas patenteadas por corporações.

Economia do Conhecimento: É dito que estamos na transição entre a "Economia do Conhecimento" do final do século XX para a "Economia Verde" do século XXI. No entanto, a verdadeira mudança está na propriedade e no controle. Os mercados do mundo todo vendem 10 bilhões de produtos baseados em aproximadamente 100 mil substâncias químicas, que por sua vez são baseadas em 100 elementos químicos e os quatro nucleotídeos que compõem o DNA. Quem controla os elementos químicos e os A, C, G e T do DNA controla o futuro das economias sustentáveis.

Nanotecnologia: Os governos já gastaram mais de 50 bilhões em pesquisa e desenvolvimento de nanotecnologias; o custo de nanotubos de carbono diminuiu em 20 vezes desde 2001; existem milhares de produtos para consumo, embora não haja uma definição ou regulação acordada em relação à nanotecnologia.

Biologia Sintética: Estudantes de pós-graduação são capazes de, usando sintetizadores de genes de baixo preço, gerar modelos para produção de DNA, enquanto cientistas podem criar micróbios artificiais auto-replicadores e DNAs de seis letras; 6 das 10 maiores corporações de energia do mundo mantém parcerias com empresas emergentes de biologia sintética, assim como 6 entre 10 das maiores comerciantes de grãos e 6 das 10 maiores corporações químicas.

Robótica: Amadores com poucos recursos podem colaborar para a construção de aeronaves não tripuladas em apenas sete dias e com baixo custo.

Convergência: Governos e instituições científicas prevêm a unificação de "Bits, Átomos, Neurônios e Genes" (BANG) como sendo a próxima Revolução Industrial, transformando o comércio, as economias e a produção industrial.

Engenharia: a Indústria atualmente desloca mais terra por ano do que a erosão natural; a quantidade de água retirada de minas aquíferas é quase equivalente àquela

que produz o aumento do nível do mar causado pelo “derretimento” das geleiras polares; e existe de 3 a 6 vezes mais água em barragens do que em rios naturais.

Geo-engenharia: Desde 1993, governos e/ou consórcios corporativos conduziram uma dúzia de experimentos de fertilização dos oceanos e propõem técnicas de gerenciamento de radiação solar que podem alterar o clima global ou regional.⁷⁶

1743

1744 Essas opções tecnológicas estarão no centro do debate da Rio+20 e seu
1745 potencial de contribuição para o enfrentamento de um conjunto de questões
1746 contemporâneas é indubitável. Entretanto, não se pode atribuir a elas a solução
1747 para problemas que são resultados do modelo politicamente definido de
1748 desenvolvimento.

1749 A Rio+20 abre a possibilidade de se definir o conceito de economia verde e
1750 uma agenda de implantação de um novo modelo de produção e organização
1751 social que promova a sustentabilidade socioambiental, incentivando a participação
1752 social e as formas de governança, permitindo a auscultação dos movimentos sociais,
1753 comunidades tradicionais, governos, empresários, organizações sociais e
1754 cientistas na definição de uma agenda concreta de implementação de ODS e de
1755 mecanismos de governança capazes de implementá-los, especialmente em nível
1756 local.

1757 Isso demanda a reestruturação da governança global. A versão zero
1758 enfatiza o protagonismo da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Conselho
1759 Econômico-Social (ECOSOC) e levanta as opções de manter a atual Comissão do
1760 Desenvolvimento Sustentável ou transformá-la no ‘Conselho’ do Desenvolvimento
1761 Sustentável das Nações Unidas (par. 49). Também coloca as opções de manter o
1762 Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP/PNUMA) ou transformá-lo
1763 em ‘agência especializada’ (Par. 51).

1764 É importante avaliar as repercussões que uma ou outra opção trará para a
1765 ação inter-agencial no âmbito das Nações Unidas, particularmente no caso da
1766 OMS, que neste momento passa por um processo de reforma estrutural e
1767 programática, que deverá necessariamente desembocar numa série de
1768 transformações institucionais, das prioridades políticas à estrutura e à governança.

1769 Um importante desafio é o de dar concretude aos conceitos por meio de
1770 sua prática concreta, que se dá nos territórios. Tanto as propostas de políticas,
1771 programas e projetos, quanto a literatura especializada destacam o território como
1772 categoria central. Com efeito, toda investigação ou formulação parte de um
1773 território vivo, de uma territorialidade, entendida como o conjunto de valores e de
1774 práticas referidos a determinado espaço e em determinado tempo e que
1775 caracterizam a sua produção social, que se dá a partir e sobre uma realidade
1776 particular onde os vetores da racionalidade dominante entram em embate com a

⁷⁶ ETC, 2011 – Traduzido pelos autores.

1777 emergência de outras formas de vida, o que exige projetos e ações que sejam
1778 capazes de compreender e, conseqüentemente, de transformar as práticas sociais
1779 referidas a territórios, produzindo autonomia individual e coletiva.

1780 A ação intersetorial nos governos e na sociedade é imprescindível, com
1781 todos os desafios que lhe são inerentes. A formulação e implementação conjunta
1782 de políticas públicas coerentes, com participação social, capazes de promover o
1783 desenvolvimento e o crescimento econômicos, comprometidos com o bem-estar
1784 social e sustentabilidade ambiental, requer também novas institucionalidades.

1785 Elas devem ser menos fragmentadas, mais planejadas, subordinadas a
1786 autoridades coordenadoras globais, nacionais e locais, e devem mobilizar a
1787 sociedade civil e o setor privado. Nesse sentido, uma estratégia a ser explorada é
1788 a atuação conjunta das agências reguladoras nos campos da saúde e ambiente
1789 nas três esferas do poder federativo do Brasil, assim como a construção de um
1790 processo político e técnico permanente entre os Conselhos de Desenvolvimento,
1791 Saúde e Meio Ambiente, para harmonizar agendas e construir o desenvolvimento
1792 compartilhado de conceitos, políticas e instrumentos de planejamento,
1793 acompanhamento e avaliação da governança multisetorial.

1794 Não existe intervenção isolada de um determinado contexto, determinado
1795 espaço, tempo e sujeitos. Portanto, a possibilidade teórico-prática do sustentável e
1796 do saudável só existe referida aos territórios e territorialidades específicas. Porém,
1797 para além disto, a definição mesmo do que é sustentável e saudável também só é
1798 possível em situação, a partir do diálogo entre sujeitos, suas experiências e
1799 interesses, da ecologia de saberes. Isto está parcialmente contemplado no
1800 parágrafo 28 da versão zero: “Nós reconhecemos que cada país, respeitando as
1801 realidades específicas de desenvolvimento econômico, social e ambiental assim
1802 como condições e prioridades particulares, fará as escolhas apropriadas”.

1803 Pactuar o que pode ser considerada economia verde é outro desafio
1804 importante. Muitos processos ditos verdes têm impactos extremamente danosos.
1805 Por exemplo, a produção de biocombustíveis, utiliza fontes renováveis e
1806 emissoras de menos gases poluentes que derivados do petróleo, porém seu ciclo
1807 produtivo induz à monocultura, as condições de trabalho são extremamente
1808 insalubres e seus subprodutos altamente poluentes. A geração de energia eólica
1809 no nordeste do Brasil tem levado à expropriação dos territórios das comunidades
1810 para a implantação das turbinas geradoras. A energia hidroelétrica - além de em
1811 alguns casos seus reservatórios emitirem mais carbono que sua correspondente
1812 termoelétrica - tem gerado desterritorialização de povos e de comunidades, bem
1813 como impactos ambientais e na saúde, em alguns casos irreversíveis.

1814 Em relação a isso, o parágrafo 126 da versão zero afirma: “Nós apoiamos a
1815 eventual retirada gradual do mercado de subsídios distorcedores e
1816 ambientalmente prejudiciais que impeçam a transição para o desenvolvimento
1817 sustentável, incluindo os que envolvam combustíveis fósseis, agricultura e
1818 pesca, com proteções para grupos vulneráveis.”

1819 Uma mudança econômica e do modo de desenvolvimento no sentido da
1820 sustentabilidade, demanda do complexo produtivo da saúde a adoção e o
1821 investimento em práticas ambientalmente corretas, principalmente no que tange a
1822 diminuição do lançamento de gases de efeito estufa, utilização de energias limpas,
1823 desenvolvimento de tecnologias limpas, reaproveitamento de matéria-prima,
1824 implantação da logística reversa de resíduos de medicamentos e fármacos e o
1825 tratamento adequado de seus passivos e resíduos sólidos e líquidos.

1826 Estratégias de construção de hospitais e clínicas verdes são exemplos de
1827 investimentos importantes não apenas do ponto de vista da sustentabilidade
1828 ecológica como da eficiência econômica

1829 No Brasil, o impacto negativo das cadeias produtivas da saúde no
1830 ambiente, seja na produção de resíduos ou nas formas de organização do
1831 trabalho é expressivo. Seu modelo de organização é hegemonicamente o da
1832 economia marrom, tornando-se necessário projetar estratégias de mudança para
1833 um complexo produtivo verde. São exemplos: o Plano de Gerenciamento de
1834 Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS que significou uma evolução nos
1835 quesitos legais e normativos, principalmente no que se refere aos procedimentos e
1836 instrumentos de apoios para o gerenciamento de RSS nos estabelecimentos de
1837 saúde; e as Diretrizes da Promoção da Saúde dos Trabalhadores do SUS, que
1838 estabelece, um processo de governança intrasetorial com abordagem
1839 participativa, integrada a uma prescrição de conteúdos, técnicas e instrumentos de
1840 vigilância em saúde do trabalhador.

1841 Neste cenário de disputa de projetos e interesses de atores, a governança e
1842 a articulação política são elementos-chave para a implementação da Agenda do
1843 Desenvolvimento Sustentável. Portanto, intervir sobre as distintas dimensões da
1844 determinação social da saúde, articulando diferentes escalas e integrando-se às
1845 agendas de economia solidária, gestão e uso do território, agroecologia,
1846 segurança alimentar, resgate e atualização cultural, entre outras, é fundamental
1847 para que se torne promotora de equidade e sustentabilidade. Seus focos de ação
1848 devem ser intersetoriais, e suas estratégias devem dar preferência às formas de
1849 conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos
1850 na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção.

1851 Um exemplo é a agricultura orgânica, baseada na economia solidária e no
1852 comércio justo, que deve ser desenvolvida como estratégia para garantir a
1853 segurança alimentar e nutricional, que é referendado na versão zero, em seus
1854 parágrafos 64, 66 e XX: “Nós reafirmamos o direito a alimentação e convocamos
1855 todos os Estados a darem prioridade à intensificação sustentável da produção de
1856 alimentos através da ampliação do investimento na produção local de alimentos,
1857 da melhoria do acesso a mercados locais e globais de agri-alimentos, e a redução
1858 do nível de dejetos em toda a cadeia de abastecimento, com atenção especial
1859 para mulheres, pequenos agricultores, jovens, e agricultores nativos. Nós estamos
1860 comprometidos em assegurar uma nutrição apropriada para nossos povos. Nós
1861 adicionalmente apoiamos iniciativas em todos os níveis que melhorem o acesso a

1862 informações, melhorem as interações entre agricultores e peritos através de
1863 serviços de educação e extensão, e ampliem o uso de tecnologias apropriadas
1864 para a agricultura sustentável.”

1865 Estes desafios, da mudança do modo de produção e consumo e da
1866 governança para a autonomia, a inclusão produtiva de populações carentes, a
1867 equidade e a sustentabilidade, da incorporação de tecnologias adequadas e
1868 seguras, do “esverdeamento” do complexo produtivo da saúde e da implantação
1869 de estratégias intersetoriais, interculturais, participativas e efetivas, aponta para a
1870 construção de territórios sustentáveis e saudáveis, que são o cotidiano da história
1871 após sua apropriação crítica pelos sujeitos, a partir da ecologia de saberes e por
1872 meio de uma pedagogia da autonomia, resultando em governança local solidária,
1873 produção sustentável e políticas efetivas de cidadania.

1874 Indica que construir novos olhares e práticas sobre a saúde e a
1875 sustentabilidade significa compartilhar da certeza de que a humanidade vive em um
1876 período de responsabilidade planetária, que coloca a luta pela vida como
1877 preocupação central. A Rio+20 é o momento de significar e avançar nesse
1878 sentido.